



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

**O TURISMO E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: UM ESTUDO
NA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO-RJ**

Sergio Elias Caperuci

OURINHOS- SP

2012

**O TURISMO E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: UM ESTUDO
NA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO-RJ**

Sergio Elias Caperuci

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Comissão de Avaliação
de TCC do Curso de Graduação em
Geografia – Bacharelado, do Campus
Experimental de Ourinhos – UNESP,
sob orientação da professora Dra.
Luciene Cristina Risso.

OURINHOS- SP

2012

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Luciene Cristina Risso (orientadora).

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão.

Prof.^a Dr.^a Fabiana Lopes da Cunha

Ourinhos.

Julho de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda comunidade do Sono por possibilitar, de forma muito paciente e amigável, a realização das pesquisas e conceder fiéis relatos de sua história e uma rica convivência. Principalmente Leila da Conceição, que, por meio de vastas conversas, instigou a realização de uma análise científica da Associação de moradores do Sono, mostrando a importância da organização política na vida da comunidade. Sem deixar de ressaltar toda ajuda que recebi com relação a hospedagem, acolhimento e provisões por parte de toda a comunidade.

Agradeço a Universidade Estadual Paulista (UNESP) por minha formação e por possibilitar a realização dessa pesquisa, com orientação e financiamento, especialmente a professora Doutora Luciene Cristina Risso, que com muita paciência me orientou e me forneceu a base necessária para a realização de todas as etapas do projeto. Sem nunca deixar de lembrar todos os professores que contribuíram na minha jornada acadêmica e têm participação na formação de minhas ideias, sem eles nunca conseguiria alcançar meus objetivos. E a banca pela disponibilidade em participar de forma a contribuir neste trabalho.

Agradeço a todos meus companheiros de sala, amigos e colaboradores, pessoas que dividi meu teto e que me forneceram muitos momentos bons, muitas experiências e vivências. Através do convívio em república e da vida que tive em Ourinhos, conheci mais sobre o mundo, sobre a vida e sobre mim mesmo, e nesse ponto posso afirmar que hoje sou uma pessoa muito mais completa graças à contribuição e ajuda fornecida por parte de todos os entes queridos que conheci durante essa etapa de minha vida.

Agradeço principalmente a minha família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e em todos os momentos bons e ruins ficaram ao meu lado sem hesitar, me dando todo o apoio psicológico e financeiro e pessoal de que precisei, sem o qual nunca chegaria até aqui.

RESUMO

Este trabalho parte de pesquisas realizadas na comunidade caiçara da Praia do Sono, no município de Paraty, Rio de Janeiro. Pode-se observar que estão ocorrendo transformações significativas no cotidiano dos moradores dessa comunidade em virtude do desenvolvimento das atividades turísticas. Esse fato altera toda a dinâmica da comunidade, que atualmente vem se adaptando a essa nova realidade, em um processo dialético e conflituoso. Através da revisão bibliográfica, e de pesquisas qualitativas em campo, esse trabalho busca interpretar as mudanças pelas quais essa comunidade vem passando em virtude desse fato e entender qual é o papel desenvolvido pela associação de moradores no que diz respeito à organização, manutenção e defesa dos interesses dos caiçaras do Sono. Além do caráter organizativo da associação, evidencia-se que esta desenvolve um papel central na organização política e social dentro da comunidade, bem como leva a instâncias superiores as aspirações e necessidades dos caiçara.

Palavras-chaves:

Geografia – Comunidade Caiçara – Turismo – Associação de Moradores.

ABSTRACT

This paper presents research performed out in the community caiçara of Praia do Sono, in the municipality of Paraty, Rio de Janeiro. It may be noted that significant changes are occurring in daily life of residents of this community due to the development of tourist activities. This fact changes the whole dynamic of the community, which currently has adapted to this new reality, in a dialectical process and conflicting. Through literature review and qualitative research conducted in field this paper seeks to interpret the changes by which this community has experienced because of this fact, and understand what is the role played by the neighborhood association regarding the organization, maintenance and defense of the interests of caiçaras of Sono. Besides the organizational character of the association, it is evident that develops a central role in political and social organization within the community, as well as instances leads to higher aspirations and needs of caiçara.

Keywords: Geography - Community Caiçara - Tourism - Residents Association

SUMARIO

1-INTRODUÇÃO	8
2- METODOLOGIA	11
3 - DO DOMÍNIO AO LUGAR, RECONHECENDO A PRAIA DO SONO	12
4- PROCESSO DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA	16
4.1– O grileiro de terras.....	18
4.2– A criação da Unidade de Conservação.....	19
4.3 – A chegada do turismo	22
5 - A COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO	23
6 – O TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES.....	32
6.1 – Desenvolvimento do turismo em comunidades caiçara, o caso da Praia do Sono -RJ	40
7 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
7.1 - Criação e desenvolvimento da associação de moradores	46
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
9- REFERÊNCIAS.....	62
ANEXOS	64

ÍNDICE DE FIGURAS¹

Figura 1: Localização da comunidade da Praia do Sono, Parati – RJ.	12
Figura 2: Relevo da costa	14
Figura 3: Imagem aérea do Sono tirada na década de 70.	21
Figura 4: Casas e estaleiros na praia.	23
Figura 5: Barcos e redes de pesca.	24
Figura 6: Horta doméstica	27
Figura 7: Área central da comunidade.	28
Figura 8: moradora em um dia de rotina nos meses de inverno	31
Figura 9: Placa de recepção aos turistas	40
Figura 10: Posto de informações da comunidade na alta temporada	41
Figura 11: Turistas acomodados na Praia	42
Figura 12: Barracas armadas em áreas previamente delimitadas	43
Figura 13: Área externa da residência destinada à acomodação de turistas	44
Figura 14: Tendas armadas na Praia na alta temporada	45
Figura 15: Início da trilha do acesso por terra em dia chuvoso.	46
Figura 16: Mapa de localização e acesso pavimentado	50
Figura 17: Trecho do percurso pela mata.	51
Figura 18: imagem de satélite do Condomínio das Laranjeiras	54

¹ Créditos das imagens a Sergio Elias Caperuci.

1-INTRODUÇÃO

A comunidade do Sono situa-se no sul do estado do Rio de Janeiro, divisa com o estado de São Paulo, pertencente ao município de Paraty. Inserida em um fragmento de Mata atlântica extremamente preservada, essa praia é privilegiada por ter um grande potencial paisagístico em virtude de suas belezas naturais, fato que fizera o governo federal e estadual instaurar unidades de conservação nessa localidade, com a finalidade de se preservar o pouco que ainda resta dessa mata na região sudeste do Brasil.

Dentro dessas unidades, além das belezas naturais, também se pode observar uma paisagem humana muito interessante. Essa área muito antes de receber atenção do governo, especuladores e turistas, era o lar de inúmeras comunidades caiçara que já viviam nessa região há centenas de anos.

Em seus aspectos culturais, comunidades tradicionais caiçara são consideradas como sendo agrupamentos humanos que, com algumas centenas de pessoas, formam vilas de pescadores e agricultores principalmente no litoral. Essas pessoas historicamente retiravam seu sustento do mar e de sua força de trabalho na agricultura, gerando algum excedente que comercializavam na cidade de Paraty.

Esses agrupamentos passaram longas décadas vivendo dessa forma, rodeados de mata por todos os lados, aventurando-se ao mar e desenvolvendo uma cultura extremamente rica, em um envolvimento com a natureza quase que total, conhecendo seus segredos e ciclos, aprendendo a retirar somente aquilo que lhes é necessário, e apesar do pouco estudo tendo conhecimento e uma orientação impressionante. Porém essa realidade que em muito aparenta quase orgânica, esconde muitas lutas que os caiçaras dessa região travaram e ainda travam contra inúmeros agentes.

Essas comunidades localizam em pontos dispersos em meio à vegetação, a única maneira de se ter acesso a elas é por meio de uma trilha em meio à mata de aproximadamente 2 horas, pois a estrada não chega até a vila. A alternativa para essa trilha é através do mar. Deve-se utilizar um barco, que fica dentro de um condomínio residencial, e navegar até a praia do Sono. Vale ressaltar que os moradores têm grandes restrições de acesso a essa área.

Da década de 70 em diante, a facilidade de acesso fez com que essa região desenvolvesse um grande fluxo de turistas das grandes cidades, fato que ocasionou alguns impactos que até então eram desconhecidos.

Grandes empresas do ramo turístico observam nessa região uma grande potencialidade para o mercado do lazer, vendendo uma imagem de paraíso intocado e atraindo pessoas a conhecer e desfrutar dessa paisagem natural, visto que atualmente áreas de natureza com o desenvolvimento do turismo passam por grande valorização.

Essa valorização do meio ambiente ocorrida no fim da década de 80 – no começo dos anos 90 no Brasil, mais com a ECO-92 – chegou à prática turística, batizando o chamado ecoturismo, ou turismo de aventura. Isso fez com que destinos que tinham como finalidade a contemplação da natureza ganhassem grande relevância. Foi o que aconteceu na Comunidade do Sono e em mais onze comunidades inseridas na mesma unidade de conservação.

O aumento exponencial da atividade turística gerou e ainda gera muitas transformações no cotidiano dessas comunidades, que ainda se adaptam à nova realidade e tentam de alguma forma tirar proveito. Essas transformações podem se manifestar desde a perda de pequenas práticas e hábitos do dia a dia, até mudanças em padrões de consumo e relações sociais.

Ocorre também que, em muitos aspectos, essas comunidades possuem uma infraestrutura e uma disponibilidade de serviços básicos incipientes. Esse fato, aliado a um alto número de pessoas visitando esse local, estrangula a estrutura da comunidade e gera muitos impactos sociais e ambientais, sem falar da “reorganização” do espaço em função do atendimento das demandas turísticas vindas de fora pra dentro, exigindo uma gama de serviços que nem os próprios nativos dispõem.

Em viagens realizadas para essa comunidade durante alguns anos consecutivos, nota-se que a atividade turística vem aumentando significativamente, se tornando cada vez mais presente na vida da comunidade e transformando seu modo de se relacionar consigo e com o meio. Ocorre nessa área um turismo sazonal nos meses de verão no Brasil, época em que a comunidade recebe visitantes de inúmeros lugares.

Cada um ao seu modo, os moradores tentam tirar proveito dessa demanda, fazendo algumas economias que os auxiliarão nos meses mais frios do ano, quando desenvolvem outras atividades como a pesca e pequenos serviços na cidade.

Para o desenvolvimento do trabalho, se busca realizar uma análise com a finalidade de se ter uma ideia de como esse setor relativamente jovem da economia – que tem no consumo do espaço sua principal propaganda – influencia a dinâmica da comunidade e, além disso, como a população vem lidando com esses fatores.

O presente trabalho terá como foco uma análise do papel que as associações de moradores desenvolvem em defesa dos interesses dos caiçaras, como essas associações trabalham e como lidam com esse feroz mercado. Não irá buscar somente a opinião com relação a transformações em seu dia a dia, mas também quais são as medidas que estão sendo tomadas na prática para regulamentar a atividade e assegurar que seja desenvolvida de forma coerente e racional, sem comprometer a rica cultura e o meio ambiente, pois, como apresentado, o fluxo turístico causa impactos oriundos da reorganização do território.

A escolha pessoal dessa localidade para o desenvolvimento do estudo se deu primeiro em virtude de uma grande admiração pela cultura caiçara que se desenvolveu com

viagens, leituras e, principalmente, vivências com essa comunidade. Em segundo pela admiração por essa comunidade, que resiste e triunfa com muito trabalho e muita luta, possuindo uma rica história e um amor por seu lugar fora do comum.

Depois de alguma fundamentação e certo empirismo, acredita-se que, antes de pensar em formas de se “proteger” o meio ambiente, se deve levar em consideração os aspectos sociais, ou seja, ao invés de se construir uma “barreira”, ou tentar “isolar” áreas com a finalidade de preservação, pensar formas de se preservar o meio vivente, através do uso racional dos recursos e de uma máxima sintonia com o meio, podendo-se retirar o sustento através do trabalho, gerar renda e utilizar todo o potencial paisagístico em função da população.

Visto isso, acredita-se que, para um desenvolvimento sem discrepâncias sociais, gerando renda e meios de vida dignos a população e possibilitando o desenvolvimento de um turismo controlado e racional, deve-se, antes de tudo, assegurar a participação e engajamento político de todos em questões de interesse coletivo.

2- METODOLOGIA

Esse trabalho foi realizado no período de um ano, considerando a elaboração de sua proposta até a conclusão das pesquisas e redação do texto final. Para a conclusão desse projeto os encaminhamentos foram divididos em três principais etapas.

A primeira etapa trata-se da revisão bibliográfica em gabinete. Com o auxílio da orientadora, foram apontados os pontos principais a serem fundamentados, para uma melhor interpretação da realidade em campo. Essa etapa permitiu que se desenvolvesse um olhar científico sobre o objeto da pesquisa, fundamental para o desenvolvimento das atividades subsequentes.

Posteriormente houve a necessidade da realização de dois trabalhos de campo na comunidade, em períodos distintos, sendo o primeiro na baixa temporada turística e o segundo na alta temporada. O campo realizado na baixa temporada ocorreu entre os dias 28/08/2011 e 02/09/2011 e permitiu que se tivesse uma vivência no cotidiano da comunidade sem nenhum movimento turístico. O segundo campo foi realizado entre os dias 28/12/2011 e 05/01/2012, época do ano em que ocorre o maior fluxo turístico da comunidade. Durante a realização desses trabalhos, foram realizadas entrevistas com os moradores nativos mais antigos e lideranças do Sono.

Essa etapa possibilitou a observação empírica do cotidiano da comunidade, comportamento de turistas e moradores e inúmeros elementos que pudessem contribuir de alguma forma para a realização dos objetivos propostos no projeto. Foram aplicados 15 questionários nessa etapa. Foi de fundamental importância poder, através do campo, observar as transformações na paisagem em virtude da sazonalidade turística nessa localidade.

Nesse ponto é importante se destacar as dificuldades encontradas para a obtenção de informações e fundamentação para o desenvolvimento das discussões pertinentes ao tema, essas dificuldades foram de inúmeros aspectos, como desconfiança por parte dos moradores para falar sobre sua vida e seu cotidiano, bem como escassez de registros escritos sobre a ocupação e colonização das terras nessa região.

A terceira e última etapa consistiu em uma revisão de todo o material coletado, bem como uma revisão do material teórico, incorporando elementos novos que só puderam ser identificados em campo. Após uma leitura mais apurada em gabinete de todo o material coletado e das adaptações na bibliografia, foi elaborada uma análise qualitativa dos dados e, posteriormente, a redação final do trabalho.

3 - DO DOMÍNIO AO LUGAR, RECONHECENDO A PRAIA DO SONO

A comunidade da Praia do Sono está localizada no perímetro de abrangência do município de Paraty, estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Essa cidade tem sua área localizada na divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo fronteira com o município de Ubatuba, no lado Paulista, o qual, diga-se de passagem, tem uma orla marítima que já possui características de um alto nível de urbanização e especulação imobiliária.

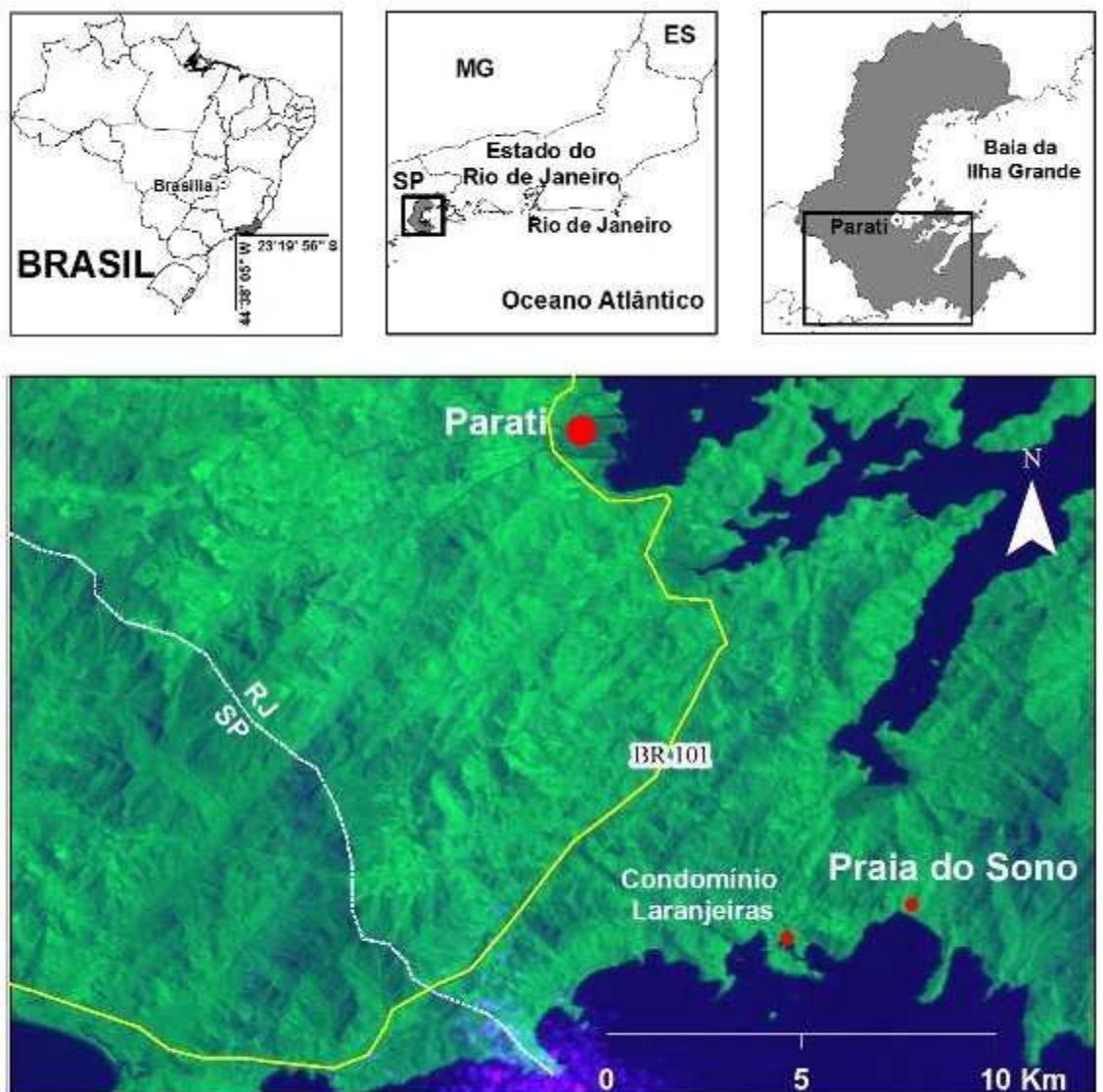


Figura 1: Localização da comunidade da Praia do Sono, Paraty – RJ².

Essa localidade situa-se entre duas unidades de conservação sobrepostas: uma em uma instância federal e outra estadual. Em âmbito federal está a área de proteção ambiental

² Fonte: Alexandre R. Arten.

(APA) do Cairuçu, que abrange uma área continental de 33.800 hectares, em um total de 62 ilhas, instituída em 1983. Em âmbito estadual está a Reserva ecológica do Juatinga (REJ), criada em 1992, numa área de 8.000 hectares (BALLABIO, 2010).

A unidade que foi instaurada em âmbito federal está sob as regras e jurisdição do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Já a reserva instaurada em âmbito estadual encontra-se sob a jurisdição do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do estado do Rio de Janeiro.

Nota-se, por esse fato, que a legislação brasileira possui atualmente certa preocupação no sentido da preservação do bioma em que esta localidade está inserida. Isso se deve, muito provavelmente, ao grau de preservação em que essa região se encontra se comparada a outras áreas da costa com fisionomia semelhante. Também não se deve ser inocente ao ponto de não apontar os interesses econômicos por trás de todo esse potencial em desenvolvimento.

Para conhecer melhor as características físicas dessa localidade, utiliza-se das definições de alguns pesquisadores como Almino (1993, *apud* Risso 1998) os quais afirmam que essa região serrana é composta por rochas predominantemente metamórficas, como granitos ou gnaisses, e outras rochas muito antigas, datando do arqueno.

Essas áreas possuem encostas extremamente íngremes, o que leva a ocorrer um grande desgaste e movimento de massas, com grande influência estrutural, fazendo com que haja uma alta suscetibilidade de desestabilização, que, aliada à ocupação humana, torna-se uma área de alto risco, necessitando de constante monitoramento dos órgãos competentes (RISSO, 1998).

Esse fato pôde ser comprovado no verão de 2010, período no qual, em virtude do alto nível de precipitação ocorrido nessa região, houve registros de inúmeros casos de deslizamentos de terra e com conseqüências mais graves localizadas em Ilha Grande, a poucos quilômetros da costa, porém com características de estrutura e relevo semelhantes.³

As chuvas nessa região são abundantes durante quase o ano todo, não apresentando estação seca, mas uma sensível diminuição na estação de inverno. Essa abundância pode ser em decorrência do relevo, pois a face da Serra funciona como uma parede para as correntes de vento, por isso a impressão de nebulosidade quase o tempo todo (CRUZ, 1974 *apud* RISSO, 1998).

Para uma melhor caracterização dos ambientes dentro da geografia, se utiliza muito do conceito de domínio morfoclimático, proposto pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Saber em 1977. Trata-se de uma classificação de regiões com características relativamente

³ Site jornalístico do Rio de Janeiro <http://oglobo.globo.com/rio/chuvas-no-rio-de-janeiro-deslizamento-de-terra-soterra-pousada-casas-em-angra-dos-reis-e-3075243>, acesso em 26/03/2012.

homogêneas a partir de fatos geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, pedológicos e botânicos (ROSS, 2003).

Por essa metodologia, segundo Ab'Saber (2007), o domínio morfoclimático onde as comunidades estão localizadas recebe o nome de “Domínio tropical atlântico”, que é nativo de toda a costa brasileira. Seu modelo dominante é constituído por formas de topos convexos, elevada densidade de canais de drenagem e vales profundos. (Figura 2).

A origem desse cinturão atlântico que ocupa grande parte da costa brasileira ocorreu em virtude de intensa atividade tectônica. São dobramentos acompanhados de metamorfismos, falhamentos e intrusões. Em uma escala geológica, esses são submetidos a incessante processo de erosão. Atualmente se pode constatar nas serras do sudeste a presença de escarpas acentuadas, oriundas desses falhamentos (ROSS, 2003).



Figura 2: Relevo da costa.

Com relação à vegetação nativa dessa região do Brasil, tem-se a denominada mata atlântica, que recobre boa parte da região sudeste. Para detalhar, se tem uma melhor descrição do Plano diretor de turismo do município de Paraty:

O município está inserido na área de domínio da mata atlântica, dentro de seu maior segmento contínuo do país. Havendo predominância da área de floresta Ombrófila densa nas terras baixas, submontana e montana, que de acordo com o IBAMA, é

um tipo de vegetação que ocorre na Amazônia, e nas matas costeiras, e caracteriza-se por apresentar elevadas temperaturas (Média de 25°C) e alta precipitação bem distribuída durante o ano, baixa luminosidade ao nível do solo e grande densidade e biodiversidade. A altura média das espécies clímax ocorre acima de 30 m. Apresenta ainda extratos arbóreos típicos das florestas tropicais pluviais, com abóbodas bem definidas (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE PARATY, P. 88, 2003).

O município de Paraty é um dos poucos do Brasil que ainda possuem alguma área significativa de mata nativa, segundo dados publicados pela fundação centro de informações e dados estatísticos do Rio de Janeiro (CIDE) em julho de 2001. Tendo como base dados coletados em 1994, Paraty tinha sua área rural distribuída da seguinte maneira: 89% de floresta ombrófila densa, 6% de área destinada a pastagens. É importante lembrar que 80% do território paratiense é composto por unidades de conservação (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE PARATY, 2003, p.81).

Essa mata já recobriu imensas áreas em períodos pretéritos, porém com o alto nível de ocupação do espaço nas regiões litorâneas do Brasil foi quase totalmente extinta, restando aproximadamente menos de 10% de mata com algum grau de preservação, o que contribui ainda mais para a valorização de seus fragmentos remanescentes.

4- PROCESSO DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA

As evidências concretas do processo de ocupação dessa área pela comunidade em questão, que servirão de base para o desenvolvimento desse trabalho, foram um desafio. Isto porque, em aspectos gerais, a história do Brasil como um todo ainda é muito mal contada pelos livros, que se limitaram a registrar durante o período colonial os fatos ocorridos nos grandes centros urbanos e que apresentaram certa relevância econômica, cultural e social, segundo os parâmetros europeus vigentes e cultuados durante esse período. Foram deixadas de lado todas as demais culturas que dividiram durante séculos esse mesmo espaço.

Isso, para os brasileiros marginalizados desse processo, representa uma típica versão histórica que é contada pelos vencedores ou dominadores, em contrapartida aos vencidos ou dominados. Ocorre uma explosão de trabalhos voltados a contar sobre a realidade dessas camadas da população principalmente na década de 70, sobre a influência de historiadores como o inglês Edward Palmer Thompson, e o norte americano Robert Wayne Andrew Slenes, no Brasil com Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, e Florestan Fernandes.

Alguns moradores mais antigos chegam a afirmar que a ocupação do Sono data de aproximadamente 400 anos atrás. O registro mais antigo que se pode encontrar conta que as primeiras notícias sobre a ocupação do litoral norte de São Paulo e Sul-fluminense datam do século XVI, quando Portugal resolveu colonizar suas terras para garantir a soberania da coroa portuguesa (IBAMA, 2004, p.13 encarte II).

De acordo com dados do IEF (Instituto estadual de florestas), a população da região afirma que, por motivos diversos, os portugueses erravam o porto de Parati e acabavam indo para as praias da região. Essa ocupação portuguesa na região é bem percebida quando se analisa os sobrenomes dos moradores e se evidencia o predomínio de sobrenomes portugueses como: De Castro, Araújo, Dos Santos, Dos Anjos, Albino, entre outros (BALLABIO, 2010).

Outra versão narrada por muitos moradores sobre as origens da ocupação dessa região se atribui a intensa presença de piratas que navegavam na Baía da Ilha Grande. Os mais antigos contam que muitos aventureiros vinham atraídos pela cobiça e pela esperança de conseguir realizar saques nos navios portugueses carregados de pedras preciosas durante o período que ficou conhecido pelo ciclo do ouro.

Até 1710 todo o ouro que era extraído das Minas Gerais pela coroa portuguesa era escoado pela estrada real até o porto de Paraty, onde eram armazenados em grandes embarcações para serem enviados a Europa. Isso exercia grande atração aos saqueadores que constantemente investiam contra os navios da metrópole. Até que esses roubos se

tornaram tão relevantes que Portugal muda o local do porto de escoamento para onde hoje chamamos de cidade do Rio de Janeiro.⁴

Outro elemento que atraía saqueadores do mundo todo era o intenso e lucrativo tráfico de pau-brasil e escravos negros. Com essa árvore produziam-se corantes para serem vendidos na Europa, já os negros eram trazidos da África para os portos brasileiros para trabalharem nas minas de ouro e principalmente nos canaviais.

O ouro, em muita abundância, que foi descoberto no Peru no século XVI pelos espanhóis, era levado para o velho continente através da navegação que saía da América do sul pelo Rio da Prata, criando uma logística própria. Entre a saída do Rio da Prata e a chegada a Europa no hemisfério sul, os lugares mais convenientes para se atracar e abastecer as reservas de água potável, lenha, bem como para repouso eram as ilhas de Santa Catarina, São Sebastião e Ilha Grande.⁵

Nessas paradas para o reabastecimento e o repouso, contam que muitos se envolviam com índias e realizavam intensas trocas com os nativos da terra, o que posteriormente veio a influenciar a própria cultura dessa comunidade, numa miscigenação de aventureiros fascinados pelo mar e seus mistérios com nativos que praticavam pequena agricultura e possuíam um conhecimento fascinante das regras e leis da natureza. Também é consenso entre os moradores dizer que essa função batizou a praia, sendo uma praia destinada ao repouso: então se chamou Praia do Sono.

Os mais antigos contam que viviam uma vida tranquila, tendo de viajar de barco longas horas para chegarem até Paraty pelo mar, em um relativo isolamento. Em meados da década de 50, viviam na praia do Sono cerca de 1500 pessoas, e a praia era conhecida por seu entorno como lugar de fartura e festança⁶.

Os antigos caiçaras das diversas comunidades de pescadores de Parati são unânimes em afirmar que o Sono era o lugar mais animado e onde aconteciam as melhores festas da região. “Era a praia com mais vida em toda essa costa. Vinha gente de todo o canto festejar com a gente” (SIQUEIRA, 1984, p. 45).

Tanto em relatos de moradores, quanto na bibliografia consultada, sabe-se que essa realidade logo mudou, pois nessa mesma década a comunidade passou por períodos muito complicados que podem ser pontuados, segundo Ballabio, 2010, por três acontecimentos de maior relevância para a comunidade: 1) a chegada de um grileiro de terras, 2) a criação das unidades de conservação e 3) o desenvolvimento da atividade turística (também se inclui

⁴ Informações extraídas do site de Parati: <http://www.paraty.com.br/historia.asp> - acesso em 03/2012

⁵ Informações extraídas do site oficial da Ilha Grande: http://www.ilhagrande.com.br/pages/br_historia_03.html - acesso em 03/2012

⁶ Fonte: SIQUEIRA, 1984.

nesses fatos a construção da rodovia rio santos). Eis a exposição de maneira mais detalhada e por ordem cronológica:

4.1– O grileiro de terras

Primeiro a chegada do grileiro de terras Gilbrail Nubile Tannus, que comprou as terras de uma fazenda vizinha ao Sono e posteriormente tentou estender seu domínio para as praias adjacentes a sua propriedade.

A paz dos moradores do Sono, “todos criados no dentro do Evangelho”, acabou em 1950, quando Gilbrail comprou os títulos da fazenda Santa Maria, vizinha a esta praia. Logo no começo, Gilbrail tentou estender seus domínios além dos limites da fazenda, mas foi a partir de 64 que a opressão e intimidação sobre os caiçaras se intensificou (SIQUEIRA, 1984, p.46).

Contam que no começo esse grileiro trazia agrados para a comunidade, como remédios, roupas e doces para as crianças, tudo na intenção de ganhar a simpatia da comunidade, porém muitas vezes conseguia fazer os moradores assinarem documentos oficiais que transferiam as terras para seu nome. Nessa época muitos moradores eram analfabetos, e não tinham a mínima noção do que isso poderia causar.

Para aqueles que desconfiados se recusaram a assinar, há relatos de muita repressão e violência. Gilbrail trazia capangas para intimidar os moradores, trazia bois para que estragassem as roças, e assim os moradores se viam obrigados a se mudar a força, como fica claro nesse relato:

“Veio um camarada chamado Gilbrail, dizendo que comprou aqui e lá Santa Maria, então nessa época ele começou a parar com este negócio de vendagem⁷ aqui, ele até podia ele deixa, mas ele queria a terra dele, ele queria tudo pra ele. Então ele mudou os esquema trazendo boi, os boi derruba os bananal, e foi fazendo assim o até que pessoal assim foi achando muito ruim, quis se mudá e até mudo”. Jó⁸

Durante as pesquisas de Siqueira, em 1983, momento em que os conflitos territoriais entre moradores e esse grileiro estavam no auge, havia no Sono cerca de trinta e seis famílias, dando um total de duzentas pessoas. Os moradores afirmam que restaram apenas treze famílias que Gilbrail não deu conta de retirar. Posteriormente muitos retornaram a suas antigas terras.

⁷ Sobre a tentativa dos nativos produzirem roçados de banana para vender.

⁸ Seu João Antonio, 65 anos, nativo morador do sono, entrevista realizada por Sati Albuquerque Ballabio, em 2009.

Para elucidar como se deu o desfecho desse conflito, que contou até com manifestação pública em Paraty por parte dos moradores que perderam suas terras, me utilizo das palavras de Ballabio (2010):

O fator que pôs fim às investidas físicas desse grileiro foi um acontecimento que ainda é relatado com muito gosto pelos moradores do Sono. Um jovem que conheci, chamado Ismael Mailtom, conhecido como Zião, na época com 20 anos, me contava as histórias de Gilbrail como se tivesse realmente vivido os momentos, demonstrando que já tinha ouvido esta história muitas e muitas vezes. Afirmou-me que este homem “era tão danado que fazia as coisas por pura maldade”. Contou-me que os moradores tinham um campo de futebol muito bonito e bem conservado e que “vinha gente de tudo quanto é lugar para jogar bola”, quando certo dia, em meio ao um período de campeonatos, “o Gilbrail mandou jogar um monte de bagaço de cana no campo”, destruindo-o. O que foi a gota d’água para os moradores cansados de tanta opressão e humilhação. Em consequência, vários moradores surraram o Gilbrail na praia, sendo que “até as crianças bateram nele, as mulheres vieram com urtiga e tudo” e assim ele nunca mais apareceu no Sono ((BALLABIO, 2010, p.27).

Porém, pode-se dizer que estes acontecimentos, apesar de prejudicarem a comunidade, fizeram com que os moradores se organizassem, preparando-se para lidar com os mais diversos problemas que foram ocorrendo nos períodos subsequentes.

4.2– A criação da Unidade de Conservação

O segundo fato a ser trabalhado nesse capítulo sobre as transformações espaciais e legislativas diz respeito à criação de uma unidade de conservação nessa localidade.

Unidades de conservação são áreas que por estarem preservadas, passaram a receber uma legislação especial que ordena o uso e ocupação do solo. São áreas protegidas com a finalidade de manutenção dos ecossistemas naturais restantes para cumprir funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas. Estas áreas podem ser definidas como: Parques de Proteção Ambiental, Áreas de Preservação Ambiental, Reservas Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas, etc., possuindo variadas formas de gestão e conservação, de acordo com as diferentes categorias de manejo e seus objetivos específicos, definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁹.

⁹ Legislação em anexo no fim desse trabalho.

Atualmente as áreas de conservação correspondem a 7% adotando dois tipos de modelos de manejo: o “excludente” (EUA), e o “inclusivo” (Europa). No primeiro caso, não são consideradas as populações tradicionais, e no segundo os interesses das sociedades locais são fundamentais, pois os administradores locais devem estar envolvidos no manejo do parque. Com ou sem a intenção explícita de seguir a experiência dos Estados Unidos, o primeiro modelo que descarta o contexto social das Unidades de Conservação é o mais adotado nos países do hemisfério sul.

(IUCN¹⁰, 1997 apud RISSO, 2005, p. 143).

Como já apresentado no começo desse trabalho, a comunidade do Sono está inserida dentro de duas Unidades de Conservação sobrepostas, isso gera uma confusão tanto por parte da administração da unidade quanto pelos moradores, pois as disposições sobre uma unidade e outra têm algumas diferenças: as leis da REJ (reserva ecológica do Juatinga) são mais restritivas que as da APA (Área de proteção ambiental).

Vale ressaltar que essas Unidades de Conservação foram criadas pouco tempo antes da conclusão das obras da Rodovia Rio – Santos. Possivelmente nesse contexto, já era de se deduzir que essa via de acesso por terra iria atrair um grande contingente de pessoas para essa região, até então sem um fluxo significativo de pessoas (Figura 3).

A implementação da Rodovia Rio-Santos (BR-101), ocorrida no período de 1978- 1985 inaugurou uma nova fase no município de Paraty, depois do ouro e do café, o turismo, devido à preservação de seu patrimônio histórico e elementos naturais, passou a constituir, ao lado da agricultura e da pesca, o principal suporte financeiro.

(OLIVEIRA, 2004,p. 2).

De acordo com João Oliveira¹¹ administrador da REJ, a APA possui uma legislação menos restritiva que a reserva, e a reserva está toda inserida dentro da APA, portanto na área da reserva dentro da APA, prevalece a legislação da reserva que é mais restritiva.

¹⁰ União Internacional para a conservação da natureza, criado em 1948 em Fontainebleau na França.

¹¹ João Fernandez de Oliveira, administrador da REJ desde 2000.



Figura 3: Imagem aérea do Sono tirada na década de 70.

Com relação a essa sobreposição de leis, BALLABIO (2010) em uma entrevista com um funcionário da APA, concebe alguns esclarecimentos: “O que a gente tenta, antes de mais nada, é aplicar a legislação federal. A legislação estadual que estiver de acordo com a federal até podemos utilizar, mas o que estiver conflitante não há como, pois não há respaldo de ação federal. Eu não posso aplicar muitas vezes uma lei estadual (sic) ou até municipal que entre em colisão com a lei federal. Que a própria constituição aborda isso, sobre o aspecto hierárquico da legislação, o que realmente vai prevalecer é a lei federal, a legislação estadual e municipal ela pode até ser mais restritiva, mas não pode ser conflitante, ela não poder ser antagônica, ela não se sobrepõe, não tem como”¹².

Em conversa com os moradores nota-se que muitas normas da reserva se chocam com práticas tradicionais dos caiçaras, herdadas de seus ancestrais, o que mesmo na intenção de se preservar causa certo descontentamento. Esses conflitos se dão principalmente em pontos como o uso e ocupação da terra para agricultura, e na construção de novas edificações. Entendendo sobre o contexto de criação, se tem uma ideia desse conflito:

Entre 1970 e 1986, foram criadas várias unidades de conservação, como era período militar, a criação dessas unidades era sem consulta das populações envolvidas, sendo muitas

¹² Palavras de um funcionário da APA em entrevista realizada no ano de 2009.

restrições impostas por essas populações quanto ao uso dos recursos naturais. Sem contar que havia pouca mobilização social para a criação destas unidades, dependendo da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao governo militar.

(DIEGUES, 1994 apud. RISSO, 1998, p. 19).

Constatou-se em pesquisa de campo que, apesar das ferramentas legais em âmbito federal e estadual direcionadas para a regulamentação do uso das UC's e das diversas parcerias com a sociedade civil, a linha de atuação efetiva para a conservação ambiental e social ainda é confusa, devido a existência de uma dupla regulamentação para a mesma área. O problema destes órgãos está na forma como estruturam suas ações: distantes da comunidade, e sempre de forma repressiva e punitiva.

Outro aspecto crucial que pode ser destacado com relação à Unidade de Conservação são as diferentes filosofias de cada órgão, que, por acabarem chocando-se entre si, atravancam uma série de processos que poderiam agir de maneira construtiva para a comunidade. O que realmente se sente falta nesses órgãos é essa relação construtiva, entre esse e a comunidade, fator que seria fundamental para uma gestão coerente que preze, em primeira instância, a valorização e preservação da cultura caiçara e do meio ambiente, bem como a promoção de justiça social para aqueles que se veem oprimidos por uma lei que os deveria protegê-los.

4.3 – A chegada do turismo

O terceiro ponto salientado nesse capítulo referente ao processo de ocupação histórico dessa comunidade diz respeito ao desenvolvimento do turismo. Entende-se que esse aspecto deve ser inserido nesse ponto pelo fato de se tratar de um novo momento histórico na comunidade, pois vem influenciando uma série de práticas que há décadas já estavam consolidadas.

O turismo representa uma nova realidade aos moradores da praia do Sono, tanto econômica quanto social e possivelmente cultural. Sobreviventes de grileiros com muita luta, e conquistadores de seu lugar dentro de uma área de preservação se tem a nova realidade que por um lado gera desconfiança e de outro lado pode-se dizer que gera até certa esperança.

Como essa atividade é um dos pilares desse trabalho, entende-se que deve ser fundamentada de maneira mais completa, portanto o desenvolvimento do turismo e suas implicações serão mais consistentemente trabalhados no decorrer desse trabalho.

Nesse ponto minha intenção é salientar como essa atividade representa uma relevância na dinâmica da comunidade, no que diz respeito à configuração do espaço.

5 - A COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO

A comunidade da praia do Sono atualmente possui cerca de 300 moradores sendo na grande maioria famílias, observa-se grande numero de idosos e crianças em uma formação heterogênea. Com características físicas que em muito se assemelham a europeus, como olhos, cabelos e pele muito clara, porem queimada devido a constante exposição ao sol. É considerada por muitos autores, segundo suas características culturais e sua localização geográfica, como sendo uma legítima comunidade caiçara¹³. Esse conceito é empregado a núcleos onde se estabeleceram organizações humanas e vilas ao longo do litoral brasileiro. (Figura 4).



Figura 4: Casas e estaleiros na praia.

Mesmo sabendo que nenhuma cultura é estática nem cristalizada, nota-se que ao longo do tempo, através do contato com o diferente, se renovam, assimilando elementos de outras organizações sociais e deixando outros elementos, em uma espécie de troca e transformação constante. O modo de vida e reprodução que nesse estudo é trabalhado pode ser observado pelas edificações, hábitos e cultura em inúmeras comunidades do litoral sudeste do Brasil.

Setti (1985) classifica a cultura caiçara típica dessas comunidades como sendo uma variante paralela da cultura caipira, situada de acordo com a acepção de Antonio Cândido,

¹³Silva, 1972; Diegues 1983; Mello 1985; Cardoso 1996.

ou seja, como uma subcultura – produto da integração das práticas tradicionais portuguesas e ameríndias, e sedimentadas já antes mesmo do advento da cultura negra e suas influências.

Durante o vasto período que vai do século XVIII ao início do século XX, verificou-se no Brasil a formação de várias comunidades litorâneas cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente, da atividade pesqueira. Essas comunidades, “os caiçaras”, estavam dispersas por todo o litoral sudeste e seus modos de vida e culturas específicas puderam imergir, diferenciando profundamente seus membros dos grupos que viviam na órbita de outras atividades e outros nichos ecológicos. (SILVA, 1993).

As comunidades caiçara têm em comum os elementos sociais e culturais de bases históricas e influências étnicas de índios e portugueses, como comportamento cultural e linguagem. (BEGOSSI, 1992 apud. SOUZA, 2001).

A pesca artesanal tem longa tradição dentro da cultura caiçara (Figura 5). A partir disso, os caiçaras construíram sua rede de conhecimentos através de uma relação de complementaridade entre homem e ambiente que foi desenvolvida em um longo processo de experimentação constante com a natureza. (LUCHIARI, 1997 apud SOUZA 2001).



Figura 5: Barcos e redes de pesca.

No caso da comunidade da praia do Sono, por sua posição geográfica, aliada ao difícil acesso a cidades mais próximas, desenvolveu-se ao longo dos anos uma cultura em sintonia com a natureza e os recursos naturais que os cercam, com valores, crenças,

práticas e técnicas próprias que os fazem criar uma identidade com o lugar. O mesmo pode ser observado em outros grupos que, por determinantes geográficos, sofreram certo “isolamento” por um determinado tempo, ou ainda permanecem isolados.

Os fatores geográficos tiveram um papel importante na criação de uma grande variedade de densidades de população entre os grupos litorâneos, servindo ora como elemento de atração para a fixação do homem, ora como elemento de repulsão. Estes fatores contribuíram também para a formação da morfologia social, das formas de ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais. Nas escarpas montanhosas da Serra do Mar no Estado de São Paulo, por exemplo, a vegetação se mantinha inexpugnável, criando um fator de isolamento, mas as numerosas pequenas baixadas costeiras com solos secos (sem entretanto faltar um curso d'água) criaram condições que justificaram a configuração do estabelecimento dos agrupamentos caiçaras do litoral norte da região Sudeste.

(MUSSOLINI, 1980; FRANÇA , 1954; MARCILIO, 1986).

Esse parcial “isolamento” espacial permitiu que muitas práticas e valores se perdessem em outros agrupamentos caiçara, através da convivência próxima com cidades maiores nessa região como Ubatuba e Paraty. No caso da Praia do Sono, muitas práticas e valores se mantiveram, talvez devido a esse “isolamento” relativo concebendo ou mantendo uma forma diferente de relacionamento com o espaço que os circundam. Nesse sentido, (RECLUS apud CLAVAL, 2007) diz que:

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia.

(RECLUS apud CLAVAL, 2007, p.219).

Sobre a concepção do espaço nas comunidades caiçara, Risso (1998) aponta que o lugar não é simplesmente o espaço produzido, ele é sobretudo o espaço vivido, onde as pessoas têm suas experiências de vida e afeição com o lugar que lhes foi herdado por direito de seus antepassados.

Nessa linha, a cultura que se sedimentou historicamente neste lugar criou uma identidade cultural de grupo, pois “a pesca representa, em geral, uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividades comunitárias”. (MUSSOLINI, 1980 apud RISSO, 1998).

As características materializadas no espaço, juntamente com todo o conhecimento registrado sobre a história e o ambiente, transmitido pelos mais diversos agentes, principalmente por via oral se dá à ideia de cultura. Entende-se que a cultura está

impregnada em todas as partes da vida das pessoas, todo o conhecimento que pode ser transmitido de forma direta ou indireta de uma pessoa para a outra é de certa forma cultura.

Diegues (1996) faz uma reflexão sobre aspectos da cultura de comunidades tradicionais que em muito pode ser utilizada na interpretação do modo de vida das comunidades caiçara. Levando em consideração as relações de trabalho, relações familiares e de renda, elabora a seguinte concepção:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com o tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela os produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades baseiam-se em recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente a natureza como também aos outros membros da comunidade.

(DIEGUES, 1996, p. 87).

A economia caiçara era e em partes ainda é caracterizada por uma oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial. Seu sistema de produção historicamente foi organizado para responder, em primeira instância, às necessidades domésticas, mas ainda assim o caiçara prescindia de insumos externos, para os quais precisava gerar um excedente: ferramentas, habitação, vestuário, sal, pólvora, entre outros. (MARCILIO, 1986 apud ADAMS 2000).

A função da mulher na sociedade caiçara era a de mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça. Seu papel era muito importante e essencial para a manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e sobrevivência. Suas tarefas eram bem definidas: preparo do alimento e criação dos filhos. Ao marido estavam destinadas as atividades de caça e pesca, derrubada e queimada, construção dos ranchos de moradia,

transporte e comercialização dos excedentes agrícolas, condução das canoas e dos trabalhos da roça, plantio e colheita (nestes casos podia ser ajudado pela mulher e filhos). (MARCILIO, 1986 apud ADAMS, 2000). (Figura 6).



Figura 6: Horta doméstica.

Através da análise da produção dos autores citados sobre essas comunidades, nota-se que as mesmas possuem modo de vida que se contrapõe em muitos aspectos ao novo modo de vida que aos poucos vem sendo inserido pelo desenvolvimento da atividade turística nessa região.

Como exposto no começo desse capítulo, sabe-se que as culturas de cada grupo social não estão estáticas, sofrendo constantes transformações oriundas do relacionamento interpessoal, em um processo de constante resistência, aceitação e assimilação. Sobre isso Candido (1979) define:

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas.

(CANDIDO, 1979, p. 23).

Com essas transformações culturais e espaciais no modo de vida dessas comunidades, bem como no ambiente em que vivem, fica a questão de até que ponto esses agrupamentos conseguirão manter suas raízes, sua estrutura familiar e social, seus hábitos e costumes historicamente consolidados e que foram passados de geração em geração, conhecimento que lhes permitiram se estabelecer e levar uma vida completa nos mais distintos aspectos, e que lhes fizeram ser caracterizados por caiçaras. (figura 7).

Yázigi (2001) defende que apenas a autodenominação – levando-se em conta definir como caiçara quem assim se considera – não serve para inferir um significado claro do que é ser caiçara. Os argumentos são variados e dizem respeito às mudanças de modos de vidas por influências e contatos com os grandes centros urbanos. Um dos questionamentos recai nos espaços e locais de moradia dos caiçaras, que vêm sofrendo crescentes modificações, aproximando-se muito daqueles da realidade urbana. E com isso os seus hábitos de consumo e relações sociais têm se alterado constantemente.



Figura 7: Área central da comunidade.

Sobre essa questão das transformações culturais no modo de vida dos caiçaras, muitos autores destacam o papel da atividade turística que atrai grande parte de visitantes de muitas partes do Brasil e do mundo para a obtenção de momentos de lazer. Aos poucos, com a sedimentação dessa atividade na comunidade, ocorrem – como será tratado mais adiante – alguns efeitos negativos segundo os próprios moradores.

É válido afirmar que transformações nas organizações humanas em virtude do contato com modos de vida, opiniões e culturas diferentes são inevitáveis. Assimilam-se elementos externos que, com o passar do tempo e a recorrência, acabam tendo certa tolerância e mesmo incorporação, num processo dialético de formação de novos valores.

Sobre a inserção de elementos nessas comunidades, Ballabio (2010) expõe que conforme se construíam estradas, facilitando o acesso das cidades às praias, mais novidades influenciavam os modos de vida que haviam estado preservados pelo longo período em que ficaram isolados.

Muitas das influências relatadas atingiram as comunidades caiçaras dos litorais Norte paulista e Sul-fluminense, mais precisamente com a abertura da BR-101, conhecida como rodovia Rio-Santos, na década de 70, que levou o turismo e outras formas de produção comercial para a região. “Até 1940, antes da invasão do turismo, Ubatuba ainda se conservava como uma coletividade de roceiros - pescadores, vivendo da agricultura de subsistência” (ADAMS, 2000 apud BALLABIO, 2010, p. 73).

A partir da década de 70, a comunidade vivenciara a inserção da atividade turística em seu cotidiano, trazendo consigo muitas transformações sociais, econômicas e culturais.

Atualmente, segundo relatos dos moradores, o turismo vem tomando cada vez mais espaço dentro da economia caiçara. Os mais velhos contam que os moradores têm preferido se preparar para receberem os turistas ao invés de desenvolverem alguma outra atividade que até pouco tempo atrás era mais presente no cotidiano da comunidade. Porém, é de suma importância relatar que, no caso da praia do Sono, os moradores concebem que ninguém ainda consegue viver só de turismo, principalmente nos meses de baixas temporadas: precisam pescar, muitos trabalham fora da comunidade, possuem outros negócios em Paraty, entre outros motivos.

Em um estudo realizado por Nuffs (1983) na comunidade de Toque Toque Pequeno, constatou-se que essa comunidade, a partir da década de 60 com a abertura da rodovia que liga Santos a Bertioga, a qual faz a conexão entre os litorais Sul e Norte, passou por profundas modificações em virtude da inundação de paulistas e da especulação imobiliária. Utiliza-se essa pesquisa para ilustrar o poder de transformação sobre determinada localidade, nesse caso, a comunidade foi sendo retirada aos poucos de suas terras nas proximidades da praia e sendo realocadas em lugares cada vez mais distantes do mar. Ainda pôde-se constatar no mesmo estudo que a comunidade deixou quase completamente de lado a atividade pesqueira como fonte de renda, elemento que em outros momentos foi determinante para a consolidação de sua cultura.

Pode-se traçar um paralelo com a comunidade do Sono, na qual é possível observar que não deixa de lado a atividade pesqueira, mas se tem uma diminuição significativa na mesma no que diz respeito à renda familiar. Ao que tudo indica essas mudanças não são

apenas oriundas de transformações econômicas, mas sim de transformações culturais geradas pela inserção de novos padrões de consumo. (Figura 8)

Ballabio (2010), em pesquisas realizadas nessa comunidade, mostra que o turismo em seus mais variados aspectos, ajudou a introduzir novidades, seja pela renda gerada, seja pelo contato com novas pessoas com hábitos e costumes diferentes, levando a rearranjos e a diversas mudanças no Sono.

Essas mudanças podem ser vistas no cotidiano de seus moradores, que durante as temporadas têm seu dia voltado às necessidades dos turistas, diferente de anteriormente, em que o dia girava em torno da natureza e de trabalhos mais tradicionais. Também destacamos as mudanças materiais, visto que foram incorporadas novas necessidades de consumo, o que levou a diferenças nos padrões de habitação, transporte, vestuário e utensílios domésticos.

(BALLABIO, 2010, p. 90).

Também muito em virtude de se atender as demandas trazidas pelos turistas, ocorreram muitas mudanças nos hábitos alimentares, seja pelo fim do roçado, seja pela inserção de alimentos industrializados para atender os visitantes, gerando uma reconfiguração nas formas e nos valores simbólicos desses moradores. (BALLABIO, 2010, p.91).

Essa autora durante o período em que esteve realizando pesquisas nessa comunidade relatou um fato muito interessante que ilustra bem essas transformações:

Muitas vezes, estando no Sono, logo após um período de feriado, presenciava a chegada de bens materiais que demonstravam como havia sido rentável a temporada. Via móveis, fogões, materiais de construção, sacolas de compras, mulheres de outras regiões vendendo produtos de beleza. E assim iam os dias, com barcos e mais barcos chegando carregados de novos bens materiais. Estava no *camping* da Dona Ismênia, quando observei a chegada de um pequeno televisor portátil, que causou um grande alvoroço na família. O marido de Dona Ismênia passou o dia andando com uma antena amarrada em um bambu tentando captar o sinal das emissoras de TV. Quando finalmente conseguiu sintonizar o canal da Rede Globo, todos correram para dentro da casa para assistir as imagens da televisão, ligada ao barulhento gerador de energia, movido a diesel (ainda não havia chegado à energia elétrica). E de lá não saíram mais.

No dia seguinte, de manhã, a maré estava baixa. Quando este fenômeno ocorre muitas pessoas aparecem, principalmente crianças, que com a água pelo joelho ficam cavando a areia com os pés, até acharem uma pequena concha que chamam de Chavinha. Após a coleta de uma determinada quantidade destas conchinhas, fervem-nas em água doce e comem. Naquele dia, observando a movimentação, que mais parecia uma dança à

beira-mar, percebi que as crianças da Dona Ismênia não se encontravam presentes e, quando fui procurá-las, só consegui encontrá-las em casa, assistindo a televisão.

(BALLABIO, 2010, p. 91).

Fato que para as sociedades industriais parece extremamente comum quando se analisa o tempo médio que o brasileiro passa na frente de uma televisão¹⁴, para uma comunidade caiçara com uma realidade muito diferente da maioria das pessoas é algo que representa uma grande transformação cultural.



Figura 8: moradora em um dia de rotina nos meses de inverno.

Com o desabrochar dessa nova realidade e consequentes transformações, é interessante fazer uma menção as palavras de Risso (1998) a qual sintetiza as palavras de Setti (1985) quando afirma que, embora todas essas transformações levassem o caiçara a mudança parcial de seus hábitos, espaço modificado e seu tempo ocupado de outras formas, existe um sentido de preservação de sua cultura e memória, que vem resistindo a essas pressões.

¹⁴ Pesquisa IBGE sobre o tempo que o brasileiro passa na frente da Televisão:
<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/quanto-tempo-voce-passa-em-frente-a-tv-31032010-29.shl> acesso em 29/03/2012.

6 – O TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES

A intenção deste capítulo é realizar uma análise científica e conceituação da atividade turística, que abrange a motivação das pessoas em realizarem seus passeios de lazer, toda a construção de significado sobre esse fenômeno de movimento de massas e os inevitáveis e consequentes conflitos que giram em torno desse fenômeno.

Inicialmente o questionamento é no sentido de se entender qual a necessidade real das pessoas, principalmente nos grandes centros urbanos a buscarem com tanta veemência momentos de lazer e desconexão com o mundo cotidiano, identificando os elementos de seu dia a dia que, de forma direta ou indireta, acabam por influenciar. Para a realização dessa análise é necessário uma compreensão de toda a estrutura social e econômica na qual a sociedade está inserida e que consequentemente irá influenciar em todas as suas escolhas e decisões subsequentes.

O fio inicial do raciocínio é apresentado por Krippendorf (2006), o qual expõe que a economia reina soberana em nossa civilização, ela é a força motora, o fim e o meio, ela dita a conduta a adotar. O homem caiu no domínio econômico e a ele está subordinado, isto é, houve uma “economização” de todas as esferas da existência. Do nascimento até a morte todas as atividades estão literalmente arriscadas a serem comercializadas.

O imutável credo dos adeptos do crescimento é o ciclo mágico, o “ciclo do crescimento”: mais produção proporciona mais trabalho – mais trabalho proporciona mais receita – mais receita permite mais consumo – mais consumo necessita de mais produção etc. Ou, no sentido inverso: mais produção exige aumento do consumo e assim por diante. Um elemento está necessariamente ligado ao outro e é justificado pelo outro e vice – versa.

(KRIPPENDORF, 2006, p. 29).

Essa lógica de mercado traz uma dinâmica própria e consequentemente um conjunto de valores que trabalham no sentido de garantir a manutenção e o “bom” funcionamento do sistema vigente. Esses valores são, no geral, a ostentação e veneração do “ter”, como: posse, propriedade, fortuna, consumo, egoísmo; em detrimento do “ser”, como: comunidade, tolerância, moderação, modéstia, honestidade.

Isso como bem entendemos não é algo concebido divinamente, e sim fruto de uma exaustiva, persistente e antagônica construção histórica, vindo desde a Revolução Industrial e da capitalização de todos os meios de produção, inclusive o homem. Felizmente como sendo algo construído genuinamente pelo ser humano, todo esse aparato também é plausível de uma fiel análise e interpretação científica.

Nesse contexto Krippendorf (2006) aponta que nossa sociedade está sujeita às influências de uma “corrida contra o relógio”, do barulho e do estresse. Também de tantas

coisas monótonas, sem atrativos e iguais: a moradia, os arredores, o trajeto para o local de trabalho, o trabalho em si e até mesmo o lazer diário. Isso acarreta uma série de consequências, como o recuo para dentro de si e o empobrecimento dos contatos humanos. Não é coincidência que para grande parte das pessoas a noção de cotidiano está repleta de conotações negativas: imundice, tumulto, trabalho, escola, cansaço, poluição. Para descrevê-los, só se usam cores e qualificativos tristes: cinza, monótono, cansativo.

Nesse ponto, a alternativa a essa realidade caracteriza-se pelo lazer, mais especificamente as viagens e passeios, que, por uma ideia vendida, tem a promessa de dar mais cor à nossa existência, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais para assim dar mais sentido à vida. O problema é que as cidades de maneira geral não se preocupam muito com o lazer, nem com as necessidades de relaxamento de seus habitantes, sendo a maioria cidades de trabalho, incompatíveis com a ideia de uma vida plena, embora já há alguns anos todos falem de cidades mais habitáveis, como aponta Krippendorf (2006).

Na mesma linha Cruz (2003) coloca que, se por um lado os grandes centros urbanos constituem importantes pólos emissores de turistas, devido ao estresse a que estão expostos seus cidadãos e sua consequente necessidade de fuga temporária, não se pode deixar de citar que a necessidade de viajar é gerada no seio da sociedade de consumo e criada em grande parte pelos agentes de mercado. E com mais algumas condições evidenciadas a seguir:

Não bastam o estresse da vida cotidiana urbana e o desejo de praticar turismo para a criação de uma demanda efetiva. Da população de determinado lugar somente se transformará em demanda turística aquela demanda solvável, ou seja, capaz de arcar com os custos de uma viagem de turismo.

(CRUZ, 2003, p. 22).

Frente a essa realidade correspondente ao cotidiano da população dos aglomerados urbanos, a situação não poderia ser melhor para aqueles que trabalham com o lazer e férias, são profissionais que se especializam em vender uma verdadeira imagem do paraíso, e com o crescimento econômico tem demanda garantida. Seria muito difícil definir com precisão todas as áreas que direta ou indiretamente pegam carona nessa movimentação de cifras muito atraentes. Movimentação que vai desde planejamento, deslocamento e chegada aos destinos, bem como toda a atividade de entretenimento e lazer que será desenvolvida no lugar.

O turismo, uma indústria de diversão e do prazer, em expansão permanente, assume de forma completa a necessidade de lazer e de férias. É a indústria das agências de viagem, das empresas aéreas, ferrovias, rodoviárias e marítimas; dos hotéis e alojamentos; dos restaurantes e dos estabelecimentos de diversão; das empresas de construção; dos construtores de casas de campo e *trailers*; dos

fabricantes de equipamentos para acampamentos; dos escritórios de planejamento e consultoria; dos conselheiros econômicos e publicitários; dos arquitetos; dos construtores de teleféricos e dos fabricantes de esqui e roupas; dos vendedores de *souvenirs*; dos cassinos e de parques de diversão; do setor automobilístico; dos bancos; dos seguros etc.

(KRIPPENDORF, 2006, p. 40).

Compreendidos os elementos que geram toda essa demanda por viagens, verdadeiras fugas da realidade em busca de momentos normalmente mais prazerosos que a vida cotidiana da maioria das pessoas acontecem, assim os agentes que identificam esses elementos, de uma forma ou de outra, conseguem tirar proveito financeiro desses elementos por várias vias já conhecidas. Prosseguem algumas considerações sobre a atividade turística.

Sobre turismo, Cruz (2003) aponta que segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo) turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

Ballabio (2010) escreve que a OMT (Organização Mundial do Turismo) expõe que o turismo é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo, lembrando que esta é uma das atividades que menos demanda investimentos para a geração de trabalho, por isso a atenção especial. Na mesma reflexão em sua tese a autora coloca alguns valores como forma de se entender a proporção da movimentação de recursos gerados em função dessa atividade em específico no caso brasileiro:

Em 2005 o Brasil alcançou a receita cambial turística de US\$ 3, 86 bilhões, superior em 19, 83% ao ano de 2004 (US\$ 3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento, desde março de 2003. Em 2004, essa receita atingiu o montante de US\$ 3,22 bilhões, superior em 30% em relação ao ano anterior (US\$ 2, 479 bilhões), registrando um superávit da ordem de US\$ 351 milhões, o maior dos últimos 15 anos, superando em 61% o superávit de 2003, de US\$ 218 milhões.¹⁵

(BALLABIO, 2010, p. 39).

Na intenção de se trabalhar mais especificamente, sabe-se que a definição de turismo caracteriza-se de forma muito abrangente, pois dentro dessa prática existem muitas subdivisões, ou seja, existem inúmeros tipos de turismo variando de acordo com os lugares de destino, as pessoas que o realizam e as atividades que são desenvolvidas durante esse

¹⁵ Dados do ministério do turismo de 2006 <http://www.turismo.gov.br/>.

período. Obviamente para cada modalidade diferente ocorrem perfis diferentes de pessoas, com intenções de lazer diferentes e que desenvolvem atividades diferentes no período de férias ou passeio.

Por razões de tempo e recursos, não há como realizar uma abordagem muito aprofundada a respeito de todas as modalidades do turismo que já foram conceituadas por inúmeros autores, portanto ocorre a necessidade de um recorte mais específico sobre a categoria de interesse que pode ser observado na área de estudo. Eis que surge nossa categoria de interesse que o mercado batizou de “ecoturismo, ou turismo de aventura”.

Segundo Cruz (2003) turismo alternativo (turismo de natureza, ecológico, ou ecoturismo) tem nos espaços naturais seu principal objetivo de consumo. Ao contrário do turismo de massa, este requer uma gama restrita ou reduzida de infraestrutura e serviços, embora, muitas vezes, não dispensem a sofisticação de ambos.

Para Rodrigues (2003) ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreativas e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Com menos ou mais estrutura, no contexto de expansão global do turismo, o ecoturismo é uma das modalidades que mais crescem. Segundo dados mais recentes do WTTC (World Travel & Tourism Council), o ecoturismo vem crescendo a uma taxa anual de 20%, representando hoje entre 5% a 8% do mercado turístico mundial. (SILVEIRA, 2003).

Uma das formas de se interpretar essa tendência que, ao decorrer das décadas vem se mostrando crescente, pode ser em partes atribuída à um crescente interesse que foi dado à questão ambiental por parte de iniciativa governamental e da opinião pública a partir da década de 70. Esse período viu sua fase mais especial na década de 90, no Brasil muito pela ECO-92, evento que teve como principais pautas discussões de cunho ambiental e que foi sediada no Rio de Janeiro.

Risso (1998) aponta que as primeiras motivações que geraram um interesse de um debate sobre a temática ambiental estão ligadas ao desenvolvimento dos estudos no campo da História Natural, que gerou a palavra ecologia e também pelos impactos nocivos gerados pela Revolução Industrial. Mesmo sabendo que esses fatos ocorreram muito antes da década de 70, entende-se que foi nesse período que se constatou um agravamento dos problemas ambientais, prejudicando a todos sem distinção, gerando o que podemos classificar de uma situação insustentável.

A partir das definições expostas a respeito das características do que o mercado chama de ecoturismo, com toda uma ideia pautada em uma conexão quase que obrigatória com um ideário de sustentabilidade, equilíbrio e até mesmo na ideia de natureza intocada, juntamente com uma análise dos dados apresentados que comprovam um aumento

substancial nessa atividade, entende-se que até mesmo o turismo alternativo vem se tornando massificado, pelo simples fato de se haver grande procura e valorização por esses destinos. A partir disso ocorre a necessidade de um aumento e melhoria na infraestrutura local, visando melhorias em áreas de interesses das pessoas de fora que visitam as comunidades, para que dessa forma possam se alocar e usufruir dos recursos oferecidos pelo local. Do contrário, o ambiente não se torna atrativo aos visitantes.

Essas melhorias nem sempre são possíveis, devido geralmente à falta de recursos dos moradores das comunidades de destinos do ecoturismo, aliado ao descaso do poder público com essas comunidades, que se situam em localidades afastadas dos centros urbanos e de seus recursos. Como esses moradores locais muitas vezes não possuem condições financeiras para realizar as “adaptações necessárias” – para que o turismo de fato traga melhorias reais para a comunidade e não mais problemas –, essas transformações no espaço se dão pela iniciativa privada, por organizações já consolidadas e que exercem certo domínio no mercado.

Como se pode observar, o fato que se caracteriza pelo deslocamento de um grupo de pessoas de uma localidade para outra, por mais simples que seja, exige minimamente uma infraestrutura para a alocação e acomodação dessas. Isso, por sua vez, só pode ser realizado através de investimentos de recursos financeiros, portanto quem dispuser de recursos ociosos e disposição para investir sai à frente na questão do usufruto dos recursos que são introduzidos pelos visitantes.

Até esse ponto fica claro que a atividade turística aparenta ser uma verdadeira “galinha dos ovos de ouro”, pois dispondo de uma localidade com um potencial turístico e com pouquíssimo investimento pode-se extrair onerosos recursos das pessoas que ali buscam momentos de paz e tranquilidade. Porém nem tudo é tão bonito e perfeito quanto parece, pois inúmeros conflitos são gerados em virtude da disputa por territórios localizados em lugares privilegiados e muito valorizados pelo mercado.

O fato é que ocorre um crescente interesse do mercado capitalista em apropriar-se de localidades que apresentam alguma demanda turística, na intenção de aperfeiçoar seu potencial lucrativo através da aquisição de espaços, construção de edificações e infraestrutura voltadas a acomodar melhor os visitantes pertencentes às classes mais abastadas (que é o público alvo dessa atividade), com justificativa de que essas transformações valorizam o lugar. Entretanto, sem nenhuma intenção de atender as necessidades reivindicadas pelos próprios moradores da comunidade.

Conflitos existentes nos lugares apropriados pelo turismo são resultantes das diferenças de territorialidades que caracterizam o uso de seus territórios, que quer dizer, entre a territorialidade nômade dos turistas e a territorialidade sedentária dos residentes locais. As lógicas que movem a apropriação dos aspectos por um e

por outro ator social – nesses casos, turistas e residentes tem naturezas muito diferentes e, por isso, muitas vezes conflitantes. Se por um lado, a apropriação dos lugares pelos turistas se dá a partir de relações por demais fugazes com os lugares que visitam, por outro, os residentes desses lugares tem relações mais duradouras com seu quinhão de território.

(KNAFOU, 1996 apud CRUZ, 2003, p. 14).

Fica claro na colocação acima que, com a formação do mercado turístico em determinada localidade, algumas transformações no espaço ficam inevitáveis, isto é, ocorre uma reorganização espacial em função desse elemento gerador de renda. No caso da praia do Sono, essas transformações se dão no sentido de abertura de áreas próximas à praia para a alocação de barracas, construção de pousadas onde antes eram as residências dos caiçaras, e inúmeras mudanças na orla para atender os anseios dos turistas “nômades”. Essas mudanças puderam ser observadas durante o campo realizado na comunidade, mudanças físicas que acabam por remodelar a configuração da área.

Além dessas transformações no espaço físico, também se tem uma reorganização do modo de vida nas comunidades receptoras de turistas em geral, isso engloba inúmeras esferas da vida dos moradores, como costumes típicos tradicionais e inúmeros hábitos religiosos, alimentares e culturais. Evidenciando esses fatos, nesse ponto se tem a seguinte reflexão: Será que os recursos trazidos pelo desenvolvimento turístico valem o sacrifício gerado pela reconfiguração do território? Será que compensa a perda de identidade cultural com o lugar e com o modo de vida ancestral?

Nesse raciocínio, pode-se argumentar que o desenvolvimento econômico trazido para dentro da comunidade pode possibilitar muitas melhorias na vida dos moradores que antes eram inexistentes, porém como apresentado por Almeida (2004), há uma redução do termo desenvolvimento a uma dimensão econômica. Isso está na base do discurso estimulador da prática do turismo, sobretudo daqueles que justificam este viés. Daí a abordagem frequente e valorativa do turismo como atividade econômica. Compreendemos que, com esta concepção, negligencia-se seu entendimento de propiciador de uma prática social coletiva que integra mecanismos distintos de relação ao espaço, à identidade e ao Outro, vindos de relações sociais e culturais.

Desenvolvimento turístico não é sinônimo de desenvolvimento, pois nenhuma atividade econômica setorial pode assegurar um desenvolvimento global que contemple todas as dimensões da vida social. No emaranhado e amplo jogo de relações que comandam o funcionamento das sociedades, nas redes políticas e sociais o turismo joga apenas uma parte. (CRUZ, 2000 Apud ALMEIDA, 2004).

De acordo com Silva (2003), o desenvolvimento deve ser visto no seu sentido amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com

profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade.

O modelo de desenvolvimento no Brasil, ao qual está subordinado também o turismo, é concentrador de renda, excludente e perpetuador de desigualdades socioespaciais. A recente divulgação do mapa da exclusão social do Brasil, e dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, com dados de 2003, nos revelam que 5 mil famílias são donas de 45% do PIB, do total de famílias no país 2,4% apenas respondem por 2/3 do estoque de riqueza e de renda do país; entre outras palavras os 10% mais ricos detêm 45,3% da renda total do país, e o IDH, de 0,766 (2000) está abaixo do limite aceitável para o desenvolvimento humano. E isso tem consequências sobre o espaço, à infraestrutura e os serviços básicos do país...

(ALMEIDA, 2004 p. 5).

Nesse trecho fica evidente que, ao se observar as cifras geradas pelo turismo e ao analisar os números, se tem a errônea impressão de que essa atividade está assegurando o pleno desenvolvimento da comunidade em todas as suas aspirações, o que não é verdade. Sendo assim, como as inúmeras comunidades brasileiras situadas em áreas que vêm passando por constante valorização e especulação podem se defender desse feroz mercado no intuito de assegurar a posse de seu quinhão, bem como almejar num futuro próximo melhorias na oferta de serviços básicos como saúde e educação, assegurados pela constituição brasileira, porém que deixam e muito a desejar.

Ao que parece essa luta fica ainda mais complicada quando se trata de Brasil, que como exposto, é um país findado em estruturas históricas e econômicas extremamente antagônicas, o que gera uma desigualdade social marcante e muito visível. Resumidamente, o desafio se dá no sentido de se encontrar formas de se realizar uma partilha mais consciente dos recursos captados com o turismo entre os moradores da comunidade, tarefa muito difícil em um país onde a ideia predominante do sistema financeiro é o acúmulo ao invés da distribuição. Como um ponto de partida para essa meta se tem a seguinte concepção:

Diálogo e bom senso, bem como transparência da tomada de decisão são condições necessárias para uma efetiva co-responsabilidade. Para isso, deve-se levar em conta que tanto a participação efetiva da população local no planejamento e na gestão do turismo, bem como as peculiaridades naturais e culturais que singularizam os lugares constituem referenciais a serem incorporadas em programas de estímulo ao empreendedorismo e de capacitação profissional, destinados a segmentos da população local. Somente assim, com participação desses vários segmentos na

discussão, decisão e direção de projetos turísticos a serem implantados aumentará seu grau de ingerência e de apropriação nos resultados desse processo.

(ALMEIDA, 2004, p. 9).

Vale destacar a importância do Estado principalmente naquelas frentes “pioneiras”, nas quais a atividade turística desponta como possível promotora do desenvolvimento local. Isso, portanto, requer planejamento quanto às ações relativas à infraestrutura, ao programa de capacitação profissional e aos incentivos promocionais. Existem assim maiores possibilidades econômicas, políticas e sociais, tendo em vista atrativos potenciais, que é a ideia trabalhada por Almeida (2004). Essa intervenção estatal possibilita uma capacitação de mão de obra dentro da própria comunidade, para desenvolver inúmeras tarefas vinculadas aos visitantes, e assim gerando postos de trabalho e renda.

6.1 – Desenvolvimento do turismo em comunidades caiçara, o caso da Praia do Sono - RJ

Nesse capítulo, se busca melhor desenvolver o histórico de desenvolvimento da atividade turística, especificamente na comunidade do Sono. Buscar-se-á entender o contexto pelo qual essa prática vem ganhando relevância dentro da comunidade, como está se dando o reflexo na organização espacial e a opinião dos moradores sobre esse período histórico em que vivem. (Figura 9).

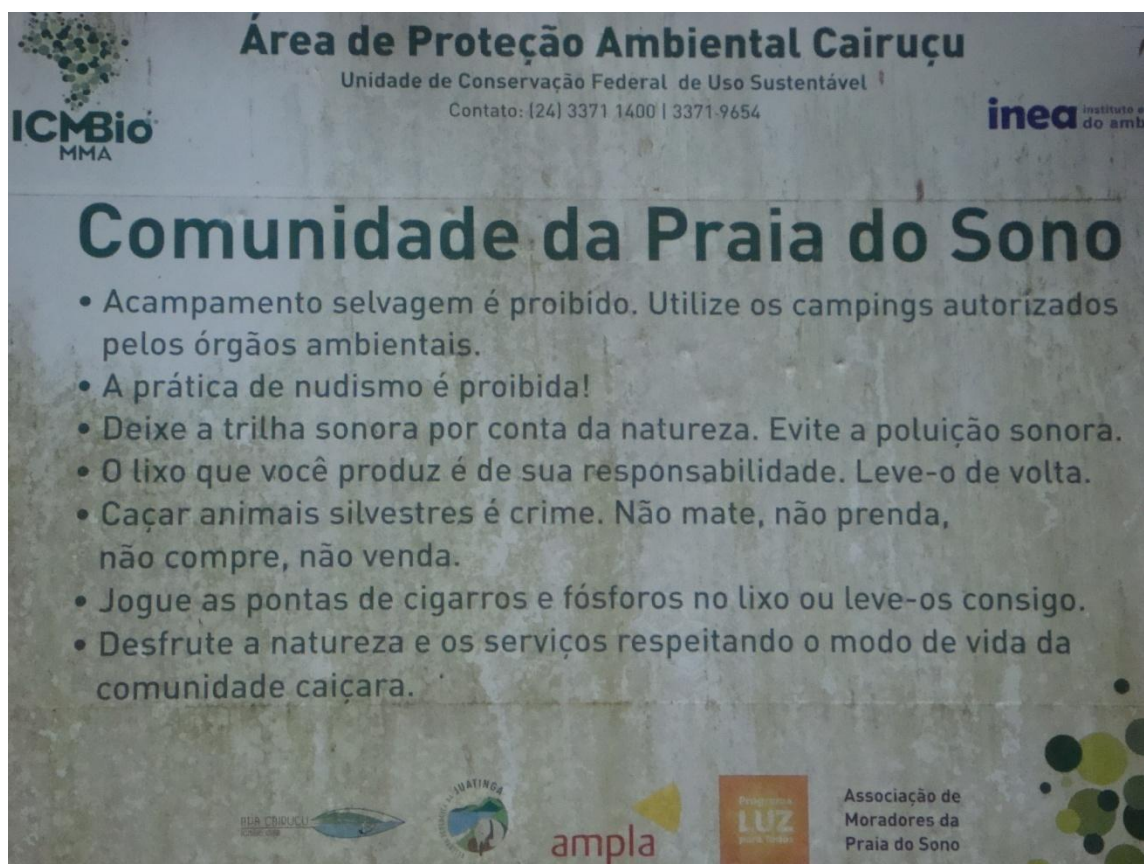


Figura 9: Placa de recepção aos turistas.

Como já exposto, até meados dos anos 70 a região do sul do Rio de Janeiro, onde se situa o município de Paraty, passava por um longo período de estagnação econômica, em virtude da ausência de um acesso que ligasse os grandes centros econômicos a essa localidade. Tal fato chegou a contribuir para uma baixa na densidade demográfica desse município, pois os moradores iam tentar a vida em áreas que estavam em períodos mais prósperos¹⁶.

A partir do fim da década de 70 e começo de 80, conclui-se o segundo trecho da rodovia Rio - Santos, que liga o litoral norte de São Paulo ao município de Paraty e Angra dos Reis, tal feito deu início a uma nova fase na história da cidade. A estrada permitiu o

¹⁶ Site oficial de Paraty: <http://www.paraty.com.br/historia.asp> - acesso em 03/ 2012

desenvolvimento de um grande fluxo de pessoas a essa área, levando trabalho e movimentando novamente a economia. Houve um crescente interesse de grandes corporações nacionais e internacionais que trabalham com turismo pelo potencial dessa área, no que diz respeito aos recursos paisagísticos.

Esse conjunto de fatores fez com que nas décadas posteriores houvesse uma verdadeira inundação de pessoas interessadas em ganhar a vida nessa região a qual se adaptou a receber visitantes e demonstrou uma grande capacidade de se desenvolver em virtude dos recursos trazidos pelo turismo. (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE PARATY, 2003). (Figura 10).



Figura 10: Posto de informações da comunidade na alta temporada.

Na comunidade do Sono os moradores apontam que os primeiros turistas chegaram a partir dos anos 90. Como dentro da Unidade de Conservação há a ausência de estradas, os pioneiros aventuravam-se pelas trilhas em meio à mata nativa. Em um processo que aos poucos foi ganhando popularidade.

Durante longos períodos a comunidade não sabia como lidar direito com o turismo, e nem com os turistas, devido a falta de fiscalização, regulamentação e até conhecimento sobre o assunto muitas pessoas de fora se aproveitavam dos moradores, acampando em áreas proibidas, na praia, fazendo fogueiras e retirando recursos indevidos das matas e das trilhas. (Figura 11).

Vale ressaltar que, nesse contexto, a criação de Unidade de Conservação desenvolveu um importante papel no auxílio à preservação do espaço e do ambiente. Mesmo com imposições, falta de diálogo e em muitos conflitos, a comunidade que vivencia esse fluxo de pessoas que cresce a cada dia observa uma preocupação com a preservação da reserva vinda da administração da Unidade.



Figura 11: Turistas acomodados na Praia.

Durante pouco mais de 20 anos vivenciando o aumento do número de turistas a passarem por essa localidade, os moradores cada vez mais vão se aprimorando no sentido de buscar formas de se otimizar os recursos captados e minimizar os impactos gerados pelo fluxo de pessoas. Para se conseguir tal meta, segundo a presidente da associação de moradores, se deve engajar a comunidade como um todo, discutindo os problemas e buscando soluções viáveis que contemplem os interesses econômicos sem deixar de lado os interesses sociais e humanos.

A participação da comunidade é fundamental para um desenvolvimento responsável da atividade turística. No caso do Sono, a associação de moradores teve importantes contribuições no que diz respeito à criação e execução de normas que minimizem os conflitos entre moradores e visitantes, bem como engajando os próprios moradores na fiscalização do ambiente, (Figura 12) assim descentralizando a responsabilidade e possibilitando a participação de todos na economia. Essa delegação de responsabilidades e

inserção na atividade turística fez com que os moradores ganhassem mais experiências em gerir empreendimentos e criar uma identificação com a comunidade, a ponto de se sentir na obrigação de participar das decisões de interesse coletivo.

Nesse ponto é interessante se realizar uma análise das estatísticas elaboradas a partir da opinião dos moradores sobre o desenvolvimento do turismo e suas implicações dentro da comunidade. Para tal análise foram realizadas duas pesquisas em campo, com entrevistas, observações e participações em algumas discussões com os moradores. Também levo em consideração dados fornecidos em estudo realizado sobre a percepção dos moradores da praia do Sono com relação ao turismo extraído dos Anais da Mostra de Práticas Turísticas, documento vinculado a Fundação Oswaldo Aranha, Centro Universitário de Volta Redonda, com edição da Prof.^a Carolina Dutra de Araújo, no ano de 2007.¹⁷



Figura 12: Barracas armadas em áreas previamente delimitadas.

Inicialmente, quando questionados sobre os impactos que o turismo pode vir a causar de maneira permanente dentro da comunidade, tem-se uma evidência de que aproximadamente 64% dos moradores concordam que o aumento do turismo interfere no modo de vida dos moradores e nas suas atividades mais comuns. Isso se deve ao fato de

¹⁷ Documento disponível online em

http://foa.org.br/cadernos/especiais/turismo/Anais_Mostra_Pr%C3%A1ticas_Tur%C3%ADsticas.pdf#page=11
– acesso em 03/2012.

ser uma comunidade até pouco tempo atrás constituída em grande parte por pescadores e agricultores que não estão acostumados com essa nova realidade.

Com relação a aqueles que defendem a atividade tem-se aproximadamente 24% dos moradores, em sua grande maioria para defender seu argumento defendem que em períodos onde o fluxo de turistas é maior se tem mais trocas comerciais e mais movimentação monetária. Esse se dá por se tratar de uma camada da comunidade que é constituída por comerciantes.

Em contraponto, se tem uma camada de aproximadamente 28% da comunidade que não são a favor do aumento do fluxo de turistas. Como já exposto, o argumento mais claro se dá no sentido de que o desenvolvimento dessa atividade traz muitos reflexos negativos para a comunidade.

Embora sendo em muitos aspectos contra, cerca de 60% dos entrevistados concordam que o turismo atualmente já tem uma relevância econômica muito grande dentro da comunidade, principalmente para aqueles que têm algum vínculo com estabelecimentos como bares, restaurantes e pousadas. Em falas muito claras, pode-se perceber que muitos moradores preferem se preparar para receber turistas ao invés de pescar e plantar, (Figura 13), porém, segundo os próprios moradores, ninguém ainda vive só de turismo, tem de trabalhar em outras áreas nas baixas temporadas.



Figura 13: Área externa da residência destinada à acomodação de turistas.

Dentre os resultados mais polêmicos, se tem o surpreendente número de 44% dos moradores que apontam o turismo desregulado como possível gerador de violência e impactos sociais e ambientais irreversíveis, devido majoritariamente à conduta desagradável de muitos visitantes.

Na mesma linha, 40% dos entrevistados têm plena convicção de que o aumento do turismo nos últimos anos já ocasionou um substancial aumento no consumo de drogas e alguns furtos, tendo como justificativa para esses fatos a ausência de qualquer policiamento e fiscalização dentro da comunidade.

A partir do levantamento bibliográfico, entrevistas com moradores e análise de pesquisas desenvolvidas nessa localidade, pode-se deduzir que, apesar da evolução na participação da comunidade na economia e criação de normas e diretrizes que auxiliam no desenvolvimento turístico, ainda é visível um grande descontentamento por parte dos moradores com relação aos problemas causados pelos impactos do turismo. (Figura 14).



Figura 14: Tendas armadas na Praia na alta temporada.

Por um lado, isso mostra como ainda se pode evoluir no sentido de melhorias tanto para turistas quanto para moradores, por outro lado mostra como é lamentável o comportamento das pessoas que visitam esse lugar, a falta de respeito com moradores e com a cultura. Fato comprovado com a indignação dos moradores ao falarem dos problemas trazidos com os turistas, como drogas e vandalismo.

7 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 - Criação e desenvolvimento da associação de moradores

Como já exposto anteriormente, pela sua localização, o núcleo onde se situa a comunidade da Praia do Sono é considerado como bairro de Paraty, que é o centro urbano mais próximo, isso faz com que, na maioria das vezes, quando os moradores precisam de algo que não dispõem na comunidade, recorram a essa cidade, e também faz com que seja considerado distrito do mesmo.

Em diálogo com os moradores, nota-se porém certo descontentamento com essa condição, evidenciando que muitos se sentem um pouco esquecidos ou isolados das discussões que acontecem em Paraty, devido a isso não veem seus interesses contemplados nas pautas de discussões políticas. Quando se fala de interesses, esses vão muito além de interesses econômicos, trata-se de interesses de infraestrutura social, voltados primeiramente aos moradores do Sono – e não aos turistas – como saúde, educação e acesso. (Figura 15).



Figura 15: Início da trilha do acesso por terra em dia chuvoso.

Com isso, a alternativa mais eficaz e acessível para que a comunidade do Sono discuta seus problemas e aspirações foi a criação das associações de moradores, um

espaço onde a comunidade pode discutir a realidade e o futuro da vila, bem como os rumos econômicos e sociais que esta vem tomando frente às transformações que vêm ocorrendo em nosso país e que refletem na dinâmica de vida dessa população.

Como estão dentro de áreas de conservação, até mesmo a própria permanência da comunidade nessa área ainda é ameaçada, devido à visão de muitos preservacionistas que encaram essas comunidades como depredadoras e que necessitam de um remanejamento a destinos fora da área de conservação; uma concepção que obviamente é descartada nesse trabalho.

A partir desse levantamento, inicia-se a análise referente ao aspecto social que implica na forma de organização entre os moradores na intenção de se entender como se dá a participação em assuntos de interesse coletivo.

Como colocado por Firth (1974), geralmente organização traduz a ideia de pessoas realizando coisas através da ação planejada. Isso constitui um processo social, o arranjo da ação em sequências em conformidade com fins sociais selecionados. Esses fins devem conter alguns elementos de significação comum para o conjunto das pessoas interessadas na ação. A significação não precisa ser idêntica, ou mesmo semelhante, para todas as pessoas; para algumas, pode ser oposta. Os processos da organização social podem consistir em parte na resolução de tal oposição, através de uma ação que permita a um ou outro elemento chegar à expressão final. A organização social implica certo grau de unificação, a reunião de elementos diversos em uma relação comum.

Para se analisar a organização, Malinowski (1970) apresenta a relevância de se estudar a organização com relação a lideranças, direitos de propriedade, divisão de funções e atividades, direitos e benefícios auferidos. Ocorre a necessidade de se registrar as regras e os regulamentos técnicos, éticos, científicos e legais orientadores do comportamento com os desempenhos reais das pessoas e, por fim, situar a posição desse grupo com relação à comunidade como um todo.

A organização de cada um desses sistemas de atividades também implica a aceitação de certos valores e leis fundamentais. É sempre a organização de pessoas para um fim determinado, aceito por elas e reconhecido pela comunidade. (MALINOWSKI, 1970, p. 52).

Como diretriz, Malinowski (1970) concebe que tanto nas comunidades primitivas como nas “civilizadas” verificamos que, em primeiro lugar, toda ação humana efetiva conduz ao comportamento organizado e percebe que esse comportamento pode ser submetido a um esquema analítico definido.

A eficiência da comunicação entre os membros de uma sociedade impõe a manutenção de certa ordem nas redes de relações que a compõem. A institucionalização dos laços atribui-lhes uma força que é imposta a todos e uma coerência necessária para assegurar o bom andamento da sociedade e prevenir conflitos. (ETZIONI, 1968; MARQUET, 1970 apud CLAVAL, 2007).

É importante ressaltar que as organizações sociais, que são objeto de análise nesse estudo, são estabelecidas entre parceiros iguais, o que segundo Claval (2007) são aquelas que esquematicamente podem figurar sobre um plano horizontal, onde todos os integrantes da associação têm o mesmo poder de voto; diferentemente das que o mesmo classifica como sendo aquelas ordenadas segundo um sistema hierárquico, ou plano vertical.

As características desse tipo de relação institucionalizada segundo o mesmo autor são que demandam uma confiança recíproca, uma simetria nas trocas e um forte sentimento de pertencer a um grupo cimentado pelos laços estreitos e fortemente solidários. É uma espécie de fraternidade, uma comunidade, uma camaradagem (divide-se o pão), algo que lembra nas organizações sociais mais complexas e frias o calor da vida familiar. Sobre a relevância dessas instituições o autor considera:

A vida social baseia-se em organizações hierárquicas institucionalizadas (mesmo sendo considerada horizontal, há certa divisão social de tarefas e responsabilidades dentro da mesma comunidade, porém sem uma relação de poder). Ela implica igualmente que os parceiros sintam-se pertencentes a um mesmo conjunto pelo qual cada um se sinta responsável e solidário. Isto toma em alguns casos uma forma afetiva, aquela da comunidade. Noutros casos, a construção social tem fundamentos racionais, o interesse, a eficácia, a preocupação de assegurar a defesa e a segurança coletiva por exemplo. (TÖNNIES, 1944 apud CLAVAL, 2007).

Pela convivência na comunidade do Sono e investigação sobre a associação de moradores se observa que a comunidade se organiza em função dos dois pontos colocados anteriormente, isto é, ora se baseia na solidariedade entre os moradores – onde ocorre um sentimento de empatia, e todos os moradores se sentem verdadeiramente pertencentes a esse grupo – e ora se baseiam na racionalidade – onde a pauta é assegurar os interesses coletivos como defesa de suas propriedades contra especuladores, escolas, posto de saúde para a comunidade e etc.

Sobre a questão espacial, Claval (2007) aponta que, de toda maneira, a vida de uma comunidade tem necessidade de uma base territorial: a distância cria um obstáculo muito real às relações nas quais se baseia. A comunidade próxima, familiar desempenha um papel central em todas as sociedades tradicionais. Ela pode se estender ao tamanho de um clã

formado por todos os descendentes de um ancestral comum. As solidariedades clânicas funcionam bem, desde que os gêneros de vida e os recursos familiares sejam relativamente semelhantes. O sistema de auxílio mútuo como prova de hospitalidade mútua, de doações e de contra-doações mostra-se então bastante eficaz.

Como a comunidade da praia do Sono ficou um longo período vivenciando um determinado isolamento geográfico em virtude da ausência de estradas, pode-se observar que desenvolveram muito essa solidariedade quase fraternal; outro aspecto relevante é o fato de que a variedade de sobrenomes é pouca, sendo que as famílias que ali permaneceram acabaram por constituir novas famílias entre si. Atualmente a associação de moradores e a gestão da reserva ecológica onde está inserida a comunidade não aceitam mais que moradores de fora se mudem para o Sono, a não ser que se case com alguém de dentro da comunidade.

Essa pesquisa se restringe à análise da organização social da comunidade em função do desenvolvimento da atividade turística, conseqüentemente poderá também se ter uma ideia se os recursos trazem desenvolvimento para os moradores que ali residem e se os mesmos têm participação na tomada de decisões que dizem respeito à organização econômica da vila.

Especificamente na comunidade do Sono, a associação de moradores foi criada a cerca de 10 anos, para discutir as aspirações dos caiçaras numa escala intra-comunidade, dessa forma podiam ganhar força para conseguir levar suas necessidades até a prefeitura de Paraty e reivindicar seus direitos como residentes desse município.

Segundo informações dos moradores, o turismo começou a ganhar uma relevância econômica, representando de fato uma atividade de importância econômica em um período aproximadamente entre 10 e 15 anos atrás, a partir da década de 90. Nesse momento a organização dessa prática dentro da comunidade começou a ser pauta presente nas discussões realizadas.

As reuniões são abertas para toda a comunidade opinar a respeito de seus assuntos de interesse, que englobam praticamente todas as necessidades da população. Ocorrem duas vezes por mês, porém sem uma data fixa, sendo mais flexível no que diz respeito a datas. A condução das reuniões realizadas se dá por um presidente (a) eleito democraticamente pelos moradores, considerado a pessoa mais apta a levar as ideias e discussões da comunidade a escalas superiores da gestão pública. Durante a realização dessa pesquisa, o cargo de presidente da associação pertencia a Leila da Conceição, caiçara, nascida no Sono e com residência fixa dentro da comunidade.

Em conversas com os moradores, percebe-se pela segurança nas afirmações, clareza e coerência, grande domínio da história do lugar, conhecimento sobre as peculiaridades da natureza e seus ciclos, conhecimento sobre os moradores e grande seriedade quando o assunto é defender a terra de seus ancestrais e sua família. Mesmo

sabendo que não há escritura de posse da terra por parte dos moradores, portanto legalmente não são proprietários legítimos.

Segundo os moradores alguns assuntos sempre são mais centrais na discussão, sempre com a meta inicial de “o que se pode melhorar”. Eis algumas questões que sempre estão em pauta:

1 – Posto de Saúde. Como a comunidade não tem um bom acesso por terra, a não ser pela trilha no meio da mata, o acesso mais rápido é pelo mar, onde se tem de ir de barco até o condomínio das Laranjeiras, para posteriormente pegar um ônibus até o município de Paraty que conta com aproximadamente mais 30 quilômetros de estrada. Os moradores sofrem com a ausência de um posto de saúde que esteja disponível dentro da comunidade, o que ocorre atualmente é a visita de um médico para atender a população em dias determinados, o que, segundo os moradores, ainda é muito incipiente. É comum ouvir da comunidade:

“que já aconteceu de gente passar mal e não ter quem socorrer”; “criança já teve crise de asma durante a madrugada e estava chovendo muito, impossibilitando de ir de barco, então os homens se juntaram e foram por trilha na chuva mesmo levar a criança para o hospital em Paraty, mas não deu tempo, a criança no meio da trilha já havia morrido”¹⁸. (Figura 16 e 17).

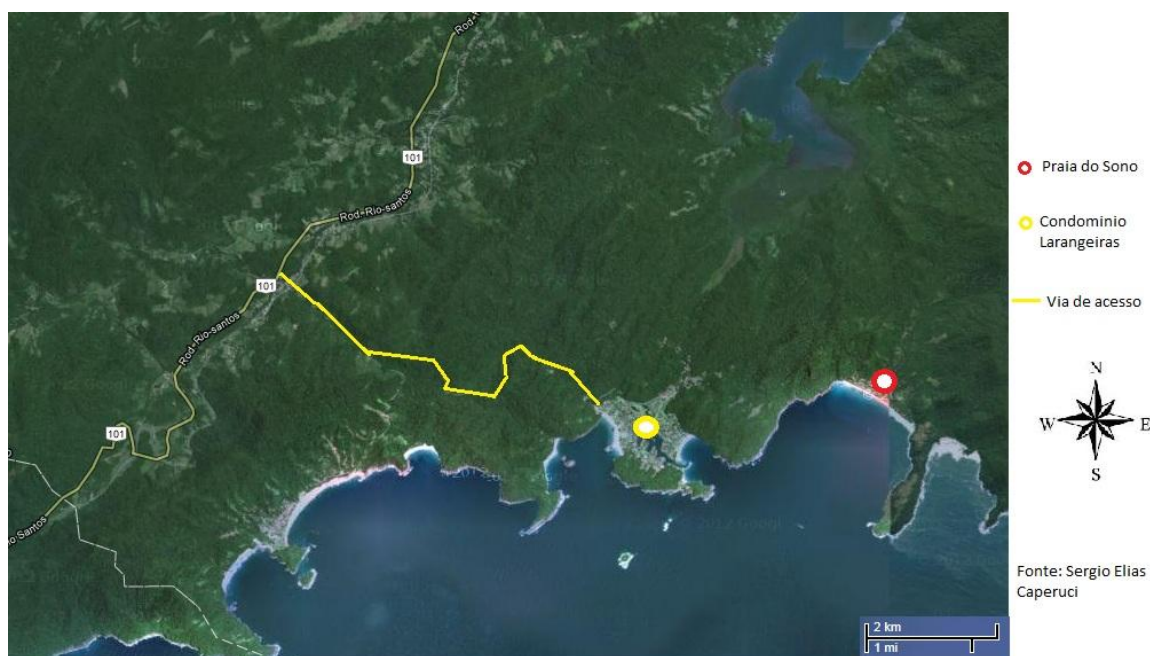


Figura 16: Localização e vias de acesso pavimentadas.

¹⁸ Janete, moradora, 34 anos.



Figura 17: Trecho do percurso pela mata.

Essas e outras histórias são contadas pelos moradores do Sono como justificativa para a criação de um posto atendimento dentro da comunidade, para não precisarem mais se deslocar longos quilômetros para realizar um exame de rotina qualquer ou atender uma emergência.

2 – Estrada. A estrada é um assunto que divide opiniões na comunidade. Segundo informações obtidas nas pesquisas de campo, muitos moradores defendem a exigência mais enérgica da construção de uma via de acesso em terra para a comunidade. Os argumentos favoráveis à construção são no sentido de que iria melhorar muito a vida, pois os moradores não dependeriam mais tanto das condições climáticas para se deslocarem até a cidade, nem dependeria mais tanto do condomínio das Laranjeiras (que permite com algumas restrições que os moradores atraquem na praia “particular”, caminhem por dentro da propriedade até o ponto de ônibus do lado de fora). Uma estrada possibilitaria que os moradores pudessem fazer compras mais periódicas na cidade, bem como frequentar uma escola mais facilmente, recorrer a serviços básicos de saúde, transportar materiais de construção e até trabalhar fora da comunidade. Em conversa com uma moradora pode-se constatar alguns argumentos:

“meu pai tem 60 anos e já teve de caminhar pela trilha com bujão de gás cheio nas costas porque o mar não estava navegável”; “Muitas pessoas tem de atravessar trilha com compras pesadas, de produtos para serem vendidos a turistas para se conseguir renda”; “Todo mundo

que vem aqui passear traz muitas embalagens, que no período em que estão acampados utilizam e depois não levam embora, deixam aqui na comunidade, daí a gente tem que par barco do nosso bolso só pra transportar lixo que os outros deixam aqui¹⁹”.

Essas foram algumas justificativas de moradores que acham que uma via de acesso por terra – nem que não chegue até a comunidade, mas que faça parte do caminho – iria ajudar e muito na vida dos moradores em aspirações extremamente simples, porém que se tornam custosas devido à localização.

Eles defendem uma maior integração aos serviços e oportunidade disponibilizados na cidade. Isso fica bem ilustrado na fala desse morador:

“se não fosse esse condomínio abrir uma estrada e deixar a gente usar a estrada deles a gente nem estaria mais aqui, a vida aqui é dura, não tem as coisas que tem na cidade, é muito bom viver aqui, mas é trabalhoso, quem gosta de viver isolado? Tendo que viajar quase o dia inteiro de barco pra poder comprar as coisas que aqui não produz, ou arrumar um trabalho fora, ou mesmo vender peixe. Antes dese construir esse condomínio os moradores estavam indo embora do Sono, vendiam os terrenos baratos e iam pra cidade, teve gente que nem vendeu, só foi embora e deixou tudo ai. Depois que construíram até melhorou pra conseguir as coisas, daí começou a vir gente pra cá de novo²⁰”.

Quando o condomínio foi construído foi desapropriada uma vila de pescadores semelhantes ao Sono para que pudessem construir as mansões. Atualmente os moradores que foram afastados do mar moram na vila Oratório, ao lado do condomínio, porém bem longe do mar. O condomínio permite que pessoas de fora entrem com algumas severas restrições, como: não se pode andar por dentro da propriedade, um carro da administração leva as pessoas até a praia, o visitante pode ficar só na areia, não pode transitar pela área nem pela mata. Uma verdadeira injustiça com quem morava nessa área e tinha plena liberdade em conhecer todas as suas possibilidades. Quando o morador defende o condomínio, obviamente está defendendo a comodidade que a estrada que foi construída trouxe a quem mora nessas vilas, que são muitas.

Como citado, a construção da via divide opiniões, muitos moradores são categoricamente contra essa obra, e tem seus argumentos para defender suas ideias:

“a construção de uma estrada vai fazer com que os turistas inundem o Sono, daí vai virar igual Trindade (antiga vila de pescadores perto do Sono, que foi completamente desfigurada com a inundação de turistas e da especulação imobiliária) vai ter gente aqui com som, motor ligado, e vão desfigurar completamente nossa cultura”; “As pessoas (turistas) que visitam o

¹⁹ Celso, morador, 33 anos.

²⁰ Seu Tinica. Morador 66 anos.

Sono são pessoas que buscam algo diferente, gostam de aventura, de pegar trilha, de caminhada, se aqui construísse uma estrada nosso estilo vai se acabar, a gente tem uma cara, um estilo, e a limitação a motores e inundação de pessoas faz com que sejamos muito exclusivos, a caminhada, o esforço acaba filtrando nossos visitantes, quem não gosta de natureza, de se despregar das mordomias da cidade não vem pra cá”; “a ausência da rodovia até a comunidade permitiu que mantivéssemos muitas tradições que em outras vilas de pescadores já foram perdidas com o turismo, e os moradores não querem ver nosso lugar todo transformado, somos uma comunidade caiçara, e é assim que queremos ser lembrados, é o nosso diferencial, os aventureiros gostam e visitam aqui”²¹

Os dois argumentos são bem convincentes, e no fundo aspiram melhorias para a comunidade. A construção da estrada iria facilitar muito a vida da comunidade por um lado, porém por outro não há garantias de que o lugar não será desfigurado em função do aumento abrupto de visitantes que a comunidade receberia devido às melhores condições de acesso.

Analisando a questão se faz algumas observações. Sabe-se que a comunidade do Sono situa-se dentro de uma Unidade de Conservação, isso significa que muitas práticas culturais e apropriação da natureza para se retirar o sustento ficam limitadas. A construção de uma estrada iria demandar a limpeza e aplainamento de uma grande área de mata nativa. Isso, segundo as normas federais para Unidades de Conservação, seria praticamente inviável, visto que restam pouquíssimos resquícios dessa vegetação nativa no Brasil.

Uma questão antagônica se dá quando se observa a área ocupada pelo condomínio Laranjeiras, que além de desmatarem uma grande área para dar lugar a edificações de alto padrão, ainda dispõem de campo de golfe, extensos gramados e até heliporto. Cabe lembrar que para tal construção a vegetação nativa e em risco de extinção foi removida sem esbarrar em nenhum questionamento político, devido ao fato de que nesse período ainda estavam em processo de amadurecimento toda a temática ambiental. Algumas informações sobre o processo de construção desse condomínio podem ser facilmente encontradas na internet na página comercial do condomínio:

Em 1974 a empresa Paraty desenvolvimento turístico S/A, constituída pelos grupos Brascan e Adela, adquiriu a fazenda Laranjeiras para nela implantar um projeto pioneiro de lazer. Projeto esse com conceito trazido de resorts internacionais da Europa e dos Estados Unidos, sem nenhuma similaridade com os empreendimentos já existentes no Brasil. O pioneirismo gerou forte reação dos paratienses que extremamente desconfiados com o arrojo do empreendimento, discutiram veemente a sua viabilidade e influência na pacata vida do município daquela época.

²¹ Roberto, morador, 41 anos.

Em 25 de janeiro de 1975 após a empresa cumprir todas as posturas legais vigentes a época, submeter-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Empresa brasileira de turismo, a Secretaria do Patrimônio da União, e aos órgãos ambientais, a prefeitura de Paraty concedeu finalmente o alvará para a construção do condomínio horizontal laranjeiras, nos moldes da lei 4591, de 16 de dezembro de 1964.²² (Figura 18).

Quando realizada uma comparação entre a fluidez no processo de construção e consolidação do condomínio e da comunidade do Sono, é evidente que vão ficar evidentes questões muito antagônicas, como a rapidez na resolução das questões burocráticas para o estabelecimento das residências. Isso pode ser atribuído ao fato do condomínio ter sido construído na década de 70, antes da Criação das Unidades de Conservação. Posteriormente a década de 80, o processo de apropriação de lotes nessa região fica muito mais complexo e restritivo.



Figura 18: imagem de satélite do Condomínio das Laranjeiras²³.

É interessante observar que o condomínio se localiza a poucos quilômetros da comunidade do Sono, possui disponibilidade de serviços que são referência no Brasil, como água tratada, esgoto, internet, energia elétrica e todas as demais regalias disponíveis para sanar as necessidades das classes mais abastadas desse país, sendo mansões que ocupam uma área enorme no meio da mata. Já no Sono, que possui um padrão

²² Texto extraído na íntegra do site oficial do condomínio www.imoveislaranjeiras.com.br, acesso - 08/03/2012.

²³ Imagem extraída do GOOGLE EARTH. – 05/2012

arquitetônico muito mais sustentável e em maior sintonia com a natureza, colocam inúmeros empecilhos “legais” para se realizar qualquer edificação, por mais simples que seja. Vale citar que a energia elétrica chegou ao Sono apenas em 2008, com o programa “luz para todos” do governo federal. Os moradores do Sono não podem nem mais aumentar ou construir novas edificações nas proximidades do mar, apenas reformar o que já está construído.

O Condomínio Laranjeiras é considerado uns dos mais luxuosos e sofisticados condomínios do mundo. Possui área total de 1.131,44 hectares. Dentro dessa área há várias cachoeiras e quatro praias privativas: Vermelha, Laranjeiras, Sobrado e Fazenda. Praias interditadas ao público em geral. Suas dependências contam ainda com clubes, marinas e heliportos, além de um campo de golfe.

(BALLABIO, 2010 P. 31)

3 – Turismo – essa questão rende exaustivas discussões entre os moradores do Sono e as opiniões são as mais variadas, o que será mais trabalhado no capítulo seguinte. A questão é que boa parte da comunidade retira parte de seu sustento dos turistas que por ali transitam durante um período no ano. Segundo as palavras de um comerciante e pescador, ninguém no Sono consegue viver ainda só de turismo, tem de pescar, trabalhar fora ou plantar pra sobreviver, porém como veremos mais adiante boa parte da renda é oriunda dessa atividade, portanto merece ser sempre discutida dentro da associação.

Quem argumenta contra a prática turística, coloca o problema da “bagunça” que é trazida de fora para dentro da comunidade, pois criam uma rotina que em nada tem a ver com o cotidiano do lugar. Eis algumas falas que servem de ilustração:

“O pessoal que visita em alta temporada vem no intuito somente de se divertir, mas esquecem que aqui vivem famílias, idosos e crianças, pessoas que levantam cedo para trabalhar, tem gente que vem aqui e fica gritando a noite, faz as necessidades na praia, suja tudo, desrespeitam os mais velhos, tem gente que fica usando drogas na frente dos velhos, das crianças, ensinam as crianças essas coisas ruins pra gente, acham que aqui é uma fantasia, que podem fazer tudo, já teve gente que xingou morador, tem gente que entra na venda fumando maconha, já teve até roubo, coisa que a gente não tá acostumado”²⁴.

Essa fala elucida bem a fundamentação já citada acima por Knafou, (1996) apud. Cruz, (2003) sobre a territorialidade nômade dos turistas em contraponto à territorialidade sedentária dos moradores. Fica claro que, mesmo entendendo os benefícios econômicos

²⁴ Leila da Conceição, moradora, 35 anos.

que o turismo pode trazer, se necessita de uma regulamentação e fiscalização severas, principalmente nas altas temporadas, para prevenir conflitos e arruaças feitas por aqueles mais exaltados. Essas questões, sem dúvida, devem ser centrais nas reuniões da associação. Na fala dessa moradora também nota-se a relevância econômica, ou mesmo dependência gerada por essa atividade:

“Nos meses quentes, principalmente ano novo e carnaval, aqui lota, vem muita gente passear, a nossa vida aqui também melhora, não precisa sair de casa pra trabalhar, tem mais dinheiro, mais recurso, e não é o ano todo, vale a pena o esforço, depois a gente consegue viver um tempo só com o que conseguiu juntar nos meses de movimento com o camping ou vendendo as coisas, a pesca já não é tão boa como era antigamente, e também não é o ano inteiro que dá pra pescar, quando chega o frio e não tem turistas as coisas mudam, cada um se vira do jeito que consegue, tem gente que vai trabalhar de pedreiro no condomínio, ou em Parati, tem gente que tem negócio fora daqui, ou vai trabalhar pros outros em grandes barcos de pesca, que pescam em alto mar, é uma luta²⁵”.

Como visto nos trechos acima, o turismo divide opiniões. Nota-se principalmente nos mais velhos e mais tradicionais moradores do Sono uma leve tendência à desaprovação em virtude dos efeitos negativos causados pela prática “irracional” do mesmo, argumentando que muitas vezes as chateações causadas pela conduta dos visitantes, bem como a degradação da cultura caiçara, são efeitos colaterais que superam os benefícios trazidos pelo turismo. Do outro lado estão aqueles que dependem diretamente dessa atividade, conseguindo o sustento próprio e da família com os recursos gerados pelo mesmo, defendendo que se não houvesse condições para se receber turistas teriam de trabalhar fora, o que seria muito pior.

No meio dessa discussão a associação de moradores tem de buscar alternativas viáveis que contemplem os interesses do maior número possível de moradores. Para isso, em conversa com a presidente da associação, já se percebe algumas medidas que foram implantadas e outras que estão em vias de implantação, buscando “apaziguar” os conflitos já existentes e evitar conflitos futuros. Dentre essas medidas podemos ressaltar:

- **Estabelecimento de um limite de visitantes:** essa medida visa controlar melhor o número de pessoas que poderão se hospedar nas altas temporadas, evitando a sobrecarga sobre a infraestrutura e os recursos naturais.
- **Restauração e construção de infraestrutura nas vias de acesso por terra:** como é uma trilha de acesso pelo meio da mata, a trilha deve passar por constantes reparos, principalmente nos meses mais chuvosos que coincidem

²⁵ Janete, moradora, 34 anos.

com os meses de alta temporada (verão), pois com a alta pluviosidade ocorrem inúmeros pontos de assoreamento no caminho. No último campo, pude constatar que a associação em parceria com o poder público conseguiu uma estruturação da trilha, com construção de escadas de madeira nas áreas mais íngremes e corrimão durante quase todo o percurso, também pôde-se constatar a limpeza e restauração de inúmeros caminhos do interior da comunidade (o que por exemplo não pode ser observado nas trilhas para as demais comunidades da unidade, que ainda possuem uma trilha com um alto nível de dificuldade em virtude da ação do tempo e da falta de manutenção). Em todas as comunidades do Cairuçu, o acesso e infraestrutura turística são colocados como ruins pelo Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico do município de Paraty, P. 29, (2003).

- **Criação de pontos de informação:** durante os meses mais movimentados, a associação estabelece alguns pontos no interior da comunidade onde os visitantes podem se orientar na busca do lazer. (Figura 18).
- **Realização de uma pesquisa com os visitantes:** foi feita pelo intermédio da aplicação de um questionário com perguntas referentes a percepção do espaço, escolha das atividades desenvolvidas no período, meio de transporte, hospedagem, tempo de permanência entre outros²⁶, o que posteriormente irá servir como importante ferramenta para se interpretar o perfil dos visitantes, assim servirá para elaborar políticas de gestão mais eficazes e melhor direcionadas.
- **Estabelecimentos e regularização de áreas específicas para camping:** visam limitar o camping a áreas específicas para tal finalidade, ficando expressamente proibido montar acampamento fora das áreas pré-determinadas.
- **Organização de manifestações populares:** são organizadas nas reuniões da associação e têm a finalidade de chamar a atenção da população e do poder público para questões de interesses dos caiçaras. Entende-se que essa medida reflete no turismo de maneira indireta, pois melhorando as condições de infraestrutura da comunidade se minimiza os impactos gerados pelo alto fluxo de pessoas em altas temporadas.

Mesmo ressaltando essas iniciativas da associação colocadas acima, vale ressaltar que muitos assuntos referentes aos interesses dos moradores ainda precisam ser discutidos, porém na atual conjuntura política, cultural e socioeconômica da população

²⁶ Questionário completo em anexo.

brasileira é de se comemorar iniciativas que, de algum modo, insiram a população no debate político referente ao espaço em que vivem.

Por fim, fica claro, através da análise da bibliografia consultada, de dados elaborados em pesquisas nessa comunidade, e principalmente através das entrevistas realizadas com os moradores, que a comunidade encontra-se dividida em muitos aspectos referentes à atividade turística, mesmo retirando algum proveito dessa atividade. Ao que tudo indica, as pessoas reconhecem o quanto ainda se tem de evoluir no sentido da organização e regulamentação dessa atividade para melhor tirar proveito, visando ao bem da comunidade. Não no sentido da repressão dos visitantes, mas sim da conscientização.

Segundo moradores, a situação melhoraria muito se os visitantes entendessem seu lado, pois muitas vezes apesar de reconhecerem a importância do turismo, se queixam da mentalidade das pessoas que os visitam. O que se pode observar em algumas situações durante as altas temporadas é uma conduta que pode ser considerada predatória por parte de muitos visitantes. Infelizmente a impressão que se tem é de descaso, pois além de muitos não demonstrarem nenhum interesse por conhecer e aprender com a cultura caiçara, ainda desrespeitam os moradores, comportando-se como se fossem donos do lugar, o que, para uma comunidade frágil como essa, é extremamente nocivo.

Sendo assim, muitos nativos expõem que o que se deveria prezar é uma forma de turismo mais contemplativa, na qual os visitantes consigam trocar experiências com os locais, entender sua cultura e seu modo de vida e não simplesmente utilizarem-se do espaço dentro da comunidade como cenário para seus anseios. Dessa forma o turismo fica muito pobre, pois não há troca de conhecimento, não há nenhum acréscimo na vida nem de um e nem outro ator.

Entende-se que o contato com o diferente proporciona uma importante ferramenta de aprendizagem, através desse contato pode-se conhecer muito a si mesmo. Esse talvez seja o lado mais interessante dessa prática de intercâmbio de ideias e conhecimento que conhecemos como turismo.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como trabalhado durante o desenvolvimento de toda a pesquisa, a principal meta era supostamente saber como a Associação de Moradores contribui para a defesa e manutenção dos interesses dos caiçaras da praia do Sono, e se essa defesa representa algo eficaz em suas metas. Para isso, foi levado em consideração todo o contexto geral no qual a comunidade está inserida e abordando principalmente a questão turística como sendo o centro do debate. Tendo essas premissas em questão, foi possível elaborar algumas considerações, que tem em primeira instância a intenção de que esse material possa vir auxiliar os moradores dessa comunidade a permanecerem em seu lugar de direito, bem como sempre buscarem meios de se aperfeiçoar os benefícios dos recursos trazidos de fora com o mínimo de impacto.

Inicialmente, aponto que a criação, participação e envolvimento com algum tipo de organização social, por menor que seja, já deve ser considerado um avanço importantíssimo, visto que vivemos em um país onde se pode observar uma apatia política em grande parcela da população (a esmagadora maioria). Portanto, o interesse por parte dos moradores em reunir-se para discutir sobre suas dificuldades e metas deve ser enaltecido.

Mesmo com um raio de abrangência apenas em uma escala local, a associação já ajudou e muito na elaboração de medidas que possam vir de algum modo auxiliar no desenvolvimento do turismo sem comprometer os recursos paisagísticos do lugar. Defendo isso pois, em visitas à comunidade na alta e baixa temporada, as transformações espaciais são visíveis, no que diz respeito a acesso, disponibilidade de bens de consumo e recursos.

Sabendo disso, a associação tomou medidas como a restauração de trilhas para melhorar o acesso, elaboração de pontos de informações com pessoas de dentro da comunidade. Nesses pontos os turistas podem pedir informações sobre as possibilidades de lazer, lugares para alimentação e passeios de barco pelo mar dentre outros.

Outra iniciativa importante tomada pela associação visando melhorar a vida de moradores e turistas é a aplicação de um questionário aos visitantes, no qual esses respondem suas opiniões sobre múltiplas questões, como: segurança, limpeza, hospedagem, acesso e satisfação. Posteriormente esses questionários irão fornecer muitas informações importantes sobre o perfil dos visitantes, seus objetivos no Sono, bem como as críticas e sugestões.

Entende-se que esse questionário pode auxiliar na elaboração de novas concessões ou restrições no que diz respeito ao espaço dentro da comunidade, também pode servir como base para a elaboração de novas regras que possam conciliar os benefícios do turismo com os interesses da comunidade.

A limitação do número de visitantes em alta temporada talvez seja a medida mais racional e consciente tomada pela associação no que diz respeito à regulamentação do turismo, assim demonstram a maturidade política e cultural da comunidade quando esses optam por estabelecer um limite para o lucro com hospedagens e serviços, visando ao não comprometimento da qualidade dos serviços prestados em virtude da super lotação que, segundo moradores, há certo tempo atrás era normal.

Nesse ponto posso afirmar que mesmo com todos os percalços, do meio natural e também do meio político, a associação de moradores desenvolve um papel decisivo na organização do espaço dentro da comunidade. Sem essa forma de discussão em uma escala menor, a comunidade estaria sujeita plenamente aos interesses políticos da prefeitura de Paraty, se isso seria bom ou ruim não se sabe, porém se sabe que uma liderança política dentro da comunidade faz total diferença.

Através da organização política, da realização de discussões, de pesquisas, bem como do levantamento de lideranças, a comunidade ganha força, ganha autoestima, e isso faz com que não desistam de seus ideais mesmo passando por tantas dificuldades. Em um grupo de pessoas que dependem de variáveis muito parecidas para sobreviver em determinada localidade é importantíssimo que os moradores debatam entre si suas possibilidades. Se esse espaço não existisse, onde mais a população teria a chance de expor suas ideias? Ou ainda, de ganhar relevância através do comportamento organizado orientado por uma motivação comum?

Sabe-se atualmente que existem cerca de doze comunidades tradicionais dentro da Área de Proteção Ambiental do Caiuruçu, as quais estão situadas principalmente ao longo do litoral em cinco principais núcleos, que são: Praia do Sono, Ponta Negra, Praia Grande do Pouso da Cajaíba, Ponta da Joatinga e Mamanguá. Todas apresentam características naturais e humanas muito parecidas e o setor imobiliário mostra grande assédio por essas terras visando a desenvolver o potencial turístico.

Supostamente o que irá definir o sucesso na permanência e defesa das comunidades em suas terras será o nível de organização de seus moradores. Se estiverem articulados, organizados e com lideranças políticas de dentro da comunidade, as chances de se permanecer no lugar gerando renda e condições necessárias para a sobrevivência serão muito maiores. Isso porque os movimentos de massas podem causar uma pressão muito grande no poder público, o que aumentaria e muito a possibilidade de permanência e proteção contra grandes corporações do ramo turístico e grileiros.

A geração de renda e desenvolvimento dentro da comunidade possivelmente irá exercer uma maior atração pela permanência dos moradores nativos, principalmente os mais jovens, que têm de buscar seus interesses na cidade. Essa é outra questão muito relevante no que diz respeito à consolidação definitiva dos núcleos, visto que, como já exposto, muitos nas baixas temporadas, com a ausência de uma fonte de renda mais sólida

acabam por buscar outras atividades na cidade, causando uma evasão significativa. No Sono, por exemplo, muitas casas ficam fechadas durante grande parte do ano, para nas altas temporadas se transformarem em pousadas.

Exponho sobre isso para ilustrar que, apesar do progresso, várias questões ainda estão muito longe de serem solucionadas e a associação de moradores poderia desempenhar um papel fundamental no âmbito de busca por alternativas a essas questões, porém sem nunca esquecer da articulação com uma escala nacional. Se todos os núcleos habitacionais dessa região possuísem algum tipo de organização política, o diálogo entre as lideranças seria muito mais complexo e proveitoso e em um futuro próximo poderíamos pensar em reuniões conjuntas entre lideranças de todas as comunidades que compartilham uma realidade comum, isso sem dúvida possibilitaria um ganho de força política e consequente melhoria na vida dessas pessoas, segundo seus próprios interesses.

Fazer com que essa ideia ultrapasse os limites do Sono e se expandam por todas as comunidades tradicionais do Brasil talvez seja mais importante que o desenvolvimento de qualquer pesquisa, pois somente vivenciando a dura realidade desses agrupamentos se pode ter uma ideia das ofensivas políticas, mercadológicas, sociais, econômicas e culturais pelas quais passam essa gente, morando em um lugar tão valorizado. Por fim, me utilizo de uma fala da presidente da associação que ilustra um pouco a realidade pela qual essas pessoas vêm passando:

“Quem é caçara, nascido e criado em um lugar como esse fica com uma sintonia com o lugar, cria um vínculo muito forte com essa vida trabalhosa porém tranquila, cada um tem uma identificação com o lugar onde nasce e cresce e vive, agora às vezes com tantas dificuldades aqui tem gente que acaba se arriscando a sair, agora menos, mas antigamente isso aconteceu muito. Essa gente vende suas propriedades muito barato porque não conhece quanto custa a vida na cidade, e quando chega lá com o pouco dinheiro que tem não tem jeito, vai tudo morar nas favelas, daí você imagina uma família que sempre viveu nesse ambiente, com todo esse espaço morando em barraco na cidade, tendo que trabalhar em coisas que nunca fez, enfrentar esse estresse, é muito difícil se acostumar, daí acaba se envolvendo com drogas e outras coisas, e vira depressão na certa. Por isso tô te falando que se algum dia tivermos de sair daqui por alguma determinação legal, imagina toda essa gente indo pra cidade, o problema social que será gerado será muito maior. Sabemos e queremos viver aqui no nosso lugar, como já vivíamos muito antes de todos vocês chegarem” L²⁷

²⁷ Leila da Conceição, presidenta da associação de moradores em 2011.

9- REFERÊNCIAS.

- AB' SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil, Potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial- São Paulo, 2003.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar Rev. Antropol. vol.43 n.1 São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. Curitiba - Paraná 03 a 06 de novembro de 2004.
- BALLABIO, Sati Albuquerque. Viagem ao Sono – Consumo e Tradicionalidade e consumo na Praia – Parati- RJ. Marília – SP, 2011.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito. Quinta edição, São Paulo, Livraria duas cidades Ltda, 1979.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultura; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3º edição. Florianópolis, Editora UFSC, 2007.
- CRUZ, Rita D. Cassia. Introdução a geografia do turismo – 2º edição. São Paulo, Editora Roca, 2003.
- CRUZ, R. A. Turismo e o mito do desenvolvimento. *Espaço e geografia* vol.3, jan-jun. 2000
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- FIRTH, Raymond. Elementos da organização social. Tradução de Dora Flaskman e Sergio Flaskman, quarta edição. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1974.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo. Editora Civilização Brasileira, 2006.
- MALINAWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura; tradução de José Auto, segunda edição. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1970.
- NOFFS, Paulo da Silva. Os Caiçaras do Toque Toque Pequeno. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH da USP, 1983.
- OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento turístico na vila de Trindade – Paraty- RJ. Caderno virtual de turismo, volume 4, N° 4, 2004.
- PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PARATY, vol. I. Paraty, 2003
- RISSO, Luciene Cristina. Cultura caiçara – Chave para a conservação ambiental – Um estudo em Picinguaba – Ubatuba – SP. Trabalho de conclusão de curso, Rio Claro, 1998.
- _____. Mapeamento de áreas suscetíveis à prática agroecológica no núcleo Picinguaba, Parque estadual da Serra do Mar, Ubatuba – SP. GEOGRAFIA, Rio Claro, vol. 30, n° 1, p. 141 – 158, de jan/abr. 2005.

ROSS, Jurandir. Geografia do Brasil, Editora Edusp - São Paulo, 2006.

SETTI, Kilza. Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e sua produção musical. São Paulo, Ática, 1985.

SILVA, S. B. M. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. CORIOLANO, L. N. M. T. LIMA, L. C. (orgs) *Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003

SILVA, L.G.S. DA. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. CEMAR: Centro de Culturas Marítimas, USP. São Paulo. 143p, 1993.

SIQUEIRA, Priscila. *O genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno, 1984.

SOUZA, Milena Ramirez; BARRELA, Walter. Conhecimento popular sobre peixes numa comunidade caiçara da estação ecológica da Juréia – Itatins- SP. Boletim do Instituto de Pesca, São Paulo, 2001.

FRANÇA, A. 1954 *A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana*, São Paulo, FFCL - USP, Boletim 178, Geografia, n. 10.

MARCÍLIO, M. L. 1986 *Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaio de uma antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.38, 1980.

YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

ANEXOS

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

DECRETO Nº 89.242, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983.

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõe o artigo 8º, da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, bem como a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Cairuçu, localizada no Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema.

Art. 2º - A APA de Cairuçu é composta de duas partes, uma Continental e outra Insular, apresentando as seguintes delimitações:

I - Parte Continental - partindo do ponto P-00 de coordenadas geográficas latitude 23º22'04" Sul e longitude 45º43'24" Oeste, situado na ponta da Trindade, segue em direção Noroeste pela divisa dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo até encontrar o rio Mateus Nunes onde está localizado o ponto P-01; desse ponto segue a jusante do rio Mateus Nunes até sua foz, na praia de Boa Vista onde está localizado o ponto P-02 de coordenadas geográficas latitude 23º13'30" Sul, e longitude 44º42'34" Oeste; deste ponto segue para o Sul, pela linha costeira contornando o continente até encontrar o ponto P-00 marco inicial desta descrição.

II - Parte Insular - composta de 63 (sessenta e três) Ilhas inscritas em 46 (quarenta e seis) áreas discriminadas a seguir:

II - a utilização dos Instrumentos legais, e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da Zona de Vida Silvestre, o uso racional do solo e outros aspectos referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - a implementação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos a nível comunitário ou de unidades residenciais;

- IV - a aplicação, quando necessária, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental;
- V - a divulgação das medidas previstas neste Decreto objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;
- VI - a aquisição, pela SEMA, de áreas que tiverem especial interesse biótico.

Art. 5º - Fica estabelecida, na APA de Cairuçu, uma Zona de Vida Silvestre, destinada prioritariamente à salvaguarda da biota, abrangendo os manguezais, as ilhas, os costões, as áreas de topografias mais acidentadas, bem como as mencionadas no artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

§ 1º - Visando à proteção da biota, não serão permitida, na Zona de Vida Silvestre, a construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisas.

§ 2º - Na Zona de Vida Silvestre não será permitida atividade degradadora ou potencialmente causadora de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota.

§ 3º - Para os efeitos do artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, consideram-se como de proteção permanente as nascentes ou olhos d'água e o seu entorno, num raio de 60 metros, exceto na faixa necessária para assegurar a utilização e o bom escoamento das águas.

Art. 6º - Na APA de Cairuçu ficam proibidas ou restringidas:

- I - a implantação de atividades industriais, potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas atividades importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente na Zona de Vida Silvestre, onde a biota será protegida com mais rigor;
- III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;
- V - o uso de biocidas capazes de causar mortandade de animais vertebrados, exceto ratos e morcegos hematófagos.

§ 1º - A abertura de vias de comunicações, a realização de grandes escavações de canais e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem na realização de obras de terraplenagem, dependerão de autorização prévia da SEMA, que somente poderá concedê-la:

- I - após a realização de estudo do projeto, exame das alternativas possíveis e avaliação de suas consequências ambientais;

II - mediante a indicação das restrições e medidas consideradas necessárias à salvaguarda dos ecossistemas atingidos.

§ 2º - As autorizações concedidas pela SEMA não dispensam outras autorizações e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

§ 3º - Para melhor controlar seus efluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

I - a construção de edificações em terrenos que não comportarem, pelas suas dimensões e outras características, a existência simultânea de poços de abastecimento d'água e poços para receber o despejo de fossas sépticas, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto em funcionamento;

II - a execução de projetos de urbanização sem as devidas autorizações, alvarás e licenças federais, estaduais e municipais exigíveis.

§ 4º - Os projetos de urbanização que, pelas suas características, possam provocar deslizamento do solo e outros processos erosivos acentuados, não terão a sua execução autorizada pela SEMA.

§ 5º - Visando impedir a pesca predatória, nas águas marítimas ou interiores da APA de Cairuçu e nas suas proximidades, será dada especial atenção ao cumprimento da legislação pertinente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE.

Art. 7º - As penalidades previstas nas Leis nºs 6.902, de 27 de abril de 1981 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, serão aplicadas, pela SEMA, aos transgressores das disposições deste Decreto, com vistas ao cumprimento das medidas preventivas necessárias à preservação da qualidade ambiental.

Art. 8º - Dos atos e decisões da SEMA, referentes à APA de Cairuçu, caberá recurso ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

Art. 9º - A SEMA poderá firmar convênios com órgãos e entidades públicos ou privados, visando à realização dos objetivos previstos para a APA de Cairuçu, bem como para definir as atribuições e competências no controle de suas atividades.

Art. 10 - Os investimentos e a concessão de financiamentos e incentivos da Administração Pública Federal Direta ou Indireta, destinados à APA de Cairuçu, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 11 - A APA de Cairuçu será supervisionada, administrada e fiscalizada pela SEMA, em estreita articulação com o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Parati.

Art. 12 - A APA de Cairuçu terá um Conselho Assessor, nomeado pelo Secretário do Meio Ambiente e constituído por representantes de entidades públicas e privadas, bem como por proprietários de terras abrangidas pela APA e outros cidadãos prestantes.

Art. 13 - A SEMA expedirá as instruções normativas necessárias ao bom cumprimento deste Decreto.

Art. 14 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreazza

RESERVA ECOLÓGICA JUATINGA

DECRETO ESTADUAL NO - 17.981 – DE 30 DE OUTUBRO DE 1992

CRIA a Reserva Ecológica de Juatinga, no Município de Parati, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 9º, VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº99.274, de 7 de junho de 1990, bem como a Lei Estadual nº 1.859, de 1 de outubro de 1991, e considerando ser impostergável preservar o ecossistema local, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, no Município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, de natureza non edificandi, delimitada, de um lado, pelo Saco de Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (aofundo do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa de Marinha.

Art. 2º - A administração da Reserva Ecológica da Juatinga será exercida pela Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ, entidade administrativa vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais.

Art. 3º - A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais expedirá, através de atos normativos próprios, as instruções necessárias à efetiva implementação da Reserva Ecológica de Juatinga, obedecendo à legislação ambiental em vigor.

Art. 4º - A Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ desenvolverá programa específico de Educação Ambiental, com o objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1992.

LEONEL BRIZOLA

LEI Nº 2393, DE 20 DE ABRIL DE 1995.

DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA DE POPULAÇÕES NATIVAS RESIDENTES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.

§ 1º - A concessão do direito real de uso às áreas ocupadas, prevista no caput desse artigo, será inegociável por prazo indeterminado, podendo ser transferível apenas aos descendentes diretos somente se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente destas mesmas áreas, vedadas a locação ou sublocação a outros interessados.

§ 2º - Como contrapartida deste direito, as populações beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação.

§ 3º - Em nenhuma hipótese poderá ser concedido o direito real de uso de terra em áreas que sejam consideradas, por Lei, como Reservas Biológicas.

Art. 2º - A permissão da exploração e uso dos recursos naturais às populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, e beneficiadas por esta Lei, obedecerá as seguintes exigências:

I - Proibição de exploração e/ou uso de espécies ameaçadas de extinção, bem como adoção de práticas que comprometam seus respectivos habitats, assim como o ecossistema como um todo;

II - Permissão restrita de exploração de recursos naturais não renováveis, condicionada ao mínimo indispensável à manutenção da qualidade de vida das populações beneficiadas por esta Lei, vedadas as práticas que comprometam os atributos essenciais dos ecossistemas explorados;

III - Proibição do uso de práticas e/ou atividades que comprometam a recuperação natural dos ecossistemas;

IV - Demais restrições de uso de unidades de conservação, segundo Legislação Federal e Estadual vigentes.

Art 3º - O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - Multa de 1 (uma) a 100 (cem) UFERJ's referentes à data da infração;

II - Obrigação de recomposição da área afetada com espécies nativas do local;

III - Para os casos de reincidência de infração, perda do direito real de uso da área ocupada, concedido pela presente Lei.

Parágrafo único - As penalidades previstas nos incisos I e III independem das impostas no inciso II.

Art. 4º - O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, promoverá:

I - O cadastramento das populações nativas a serem beneficiadas por esta Lei;

II - Ampla informação às populações beneficiadas sobre os direitos garantidos por esta Lei, bem como os deveres e as penalidades impostas pelo não cumprimento da mesma;

III – VETADO

IV - Criação de mecanismos de proteção e preservação especiais nas áreas ocupadas ou sob influência das populações nativas, de forma a compatibilizar a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas por esta Lei e a preservação dos atributos essenciais dos ecossistemas locais;

V - Levantamento socioeconômico das populações nativas promovendo, preservada a cultura local, as medidas necessárias para o atendimento médico e educacional, bem como para a regularização da concessão real de uso da terra, nos termos desta Lei.

Art. 5º - Na elaboração de políticas, programas ou ações que objetivam as populações nativas beneficiadas por esta Lei ou provoque qualquer influência em seu modo de vida, o Poder Executivo através de seus órgãos competentes garantirá a efetiva participação dos interessados, diretamente ou através de seus representantes.,

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - VETADO.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1995.

MARCELO ALENCAR

Governador

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS PELA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

PREZADO VISITANTE,

APÓS TER ESTADO EM NOSSA COMUNIDADE, VISITANDO OS ATRATIVOS NATURAIS E UTILIZANDO OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS MORADORES, COLABORE CONOSCO PARA QUE POSSAMOS MELHORAR. MUITO OBRIGADO!

Origem

Cidade: _____.

Estado: _____. País: _____.

Frequência de visita e permanência

- () primeira vez;
- () já esteve no local antes; quantas vezes? _____
- () quantos dias você ficou ou pretende ficar? _____

Meio de hospedagem utilizado

- () camping;
- () Casa de aluguel ou chalé exclusivo para você e seus acompanhantes;
- () Vaga em casa de família;
- () Não se hospedou na comunidade;

Meio de acesso

Como você veio? () De barco () Por trilha;

Como pretende voltar? () De barco () Por trilha;

Dê a sua opinião sobre a receptividade, acolhimento e serviços prestados

Como você considera as informações prestadas pelos moradores, proprietários de campings, bares e barqueiros sobre a região e os atrativos turísticos?

- () Satisfatórias.
- () Insatisfatórias.

Nos camping, bares, restaurantes e outros serviços utilizados você foi **atendido:**

Com respeito ao consumidor ☐ sim ☐ às vezes ☐ não;

Com educação ☐ sim ☐ às vezes ☐ não;

Com simpatia ☐ sim ☐ às vezes ☐ não;

Com agilidade ☐ sim ☐ às vezes ☐ não;

Com relação à sensação de **segurança** no local, como você se sente?

☐ inseguro

☐ mais ou menos

☐ seguro

Como você avalia a **limpeza e higiene** dos ambientes?

Trilhas, cachoeiras e praias: ☐ limpo ☐ regular ☐ sujo

Cozinhas dos bares e restaurantes: ☐ limpo ☐ regular ☐ sujo

Banheiros dos bares, restaurantes e campings: ☐ limpo ☐ regular ☐ sujo

O ambiente em geral: ☐ limpo ☐ regular ☐ sujo

Como você avalia a higiene e a apresentação das pessoas que manipulam alimentos e bebidas e dos atendentes nos bares e restaurantes?

☐ Boa

☐ Regular

☐ Ruim

Em sua opinião o som que vem dos bares e restaurantes incomoda?

☐ Não

☐ Incomoda um pouco

☐ Incomoda bastante

Em sua opinião, a quantidade de mesas de bares, placas e propagandas afeta a beleza cênica do local?

☐ Não

☐ Sim, afeta um pouco

() Afeta bastante

Em sua opinião a quantidade de visitantes no local é adequada ou deveria ser limitada?

() é adequada

() deveria ser limitada

Você estaria disposto a pagar mais caro se a qualidade dos serviços e dos cuidados com o meio ambiente melhorassem?

() Sim

() Não

O que você mais gosta no Sono?

() Contato com a comunidade tradicional

() Praias e cachoeiras de águas limpas

() A culinária típica

() A possibilidade de fazer amizade com outros visitantes

() Outros _____

O que você acha que deve melhorar?

() A qualidade do atendimento;

() A limpeza dos locais;

() Os meios de hospedagem;

() Os bares e restaurantes;

() As trilhas;

() A organização do espaço

() Outros _____

Você pretende retornar? () Sim () Não

Você retornaria se soubesse que a qualidade dos serviços e os cuidados com o meio ambiente melhoraram?

() Sim

() Não

Comentários, críticas e sugestões: _____

Associação de Moradores do Sono